



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**GIOVANA BARBOSA LIMA DA SILVA**

**REDE NOSSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PODER DO  
ENGAJAMENTO CIDADÃO PARA A DEMOCRACIA**

**BRASÍLIA-DF  
2021**

GIOVANA BARBOSA LIMA DA SILVA

**REDE NOSSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PODER DO ENGAJAMENTO  
CIDADÃO PARA A DEMOCRACIA**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Christiana Soares de Freitas.

BRASÍLIA-DF  
2021

GIOVANA BARBOSA LIMA DA SILVA

**REDE NOSSAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PODER DO ENGAJAMENTO  
CIDADÃO PARA A DEMOCRACIA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do  
Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do(a) aluno(a)

Giovana Barbosa Lima da Silva

---

Christiana Soares de Freitas

Professora Associada 2 do Departamento de Gestão de Políticas Públicas –

FACE/UnB

Professora-Orientadora

---

Marcos Francisco Urupá

Professor Substituto da Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Professor-Examinador

Brasília, 27 de outubro de 2020.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos vão, primeiramente, a Deus por ter me possibilitado viver a experiência de passar no vestibular para o curso de meu interesse, que me proporcionou tanto aprendizado e amadurecimento acadêmico e profissional. Ainda, agradeço a todas as pessoas envolvidas nesta minha longa caminhada na UnB, aos amigos que conheci e que me acompanharam nas situações boas e, também, nas ruins.

Sou grata aos professores que foram rígidos na medida certa, aos meus colegas de trabalho, por serem compreensivos quando estava cheia de entregas da faculdade para fazer. Agradeço a minha família e ao meu namorado, por sempre estarem ao meu lado quando precisei. A jornada na UnB foi longa, mas não me arrependo de nada, pois foi por meio dela que consegui todos os meus trabalhos e sei que ainda me trará muitos frutos.

## RESUMO

As Inovações Democráticas Digitais são, notoriamente, uma das repercussões da inserção de instrumentos tecnológicos na relação Sociedade x Estado. Foi pensando nisso que a Rede Nossas – laboratório de ativismo digital criado para promover a participação social – foi selecionada como objeto de estudo dentro desta pesquisa. Ao passo em que são apresentadas as principais características dela e entende-se melhor o que é uma Inovação Democrática Digital na prática, também consegue-se realizar análises aprofundadas sobre a sua relevância para o quadrante da participação cidadã brasileira em tomadas de decisão do Estado. A aplicação da Metodologia de Análise de Inovações Democráticas desenvolvida por Freitas *et al.* (2020) fez-se necessária para entender mais do que as características superficiais que a Inovação Democrática Digital em questão pudesse apresentar. Diante disso, foi possível elencar todos os principais pontos que serviram para responder à questão inicial deste estudo.

Palavras-chave: inovação democrática; internet; ciberativismo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Notificação sobre o Painel de Pressão.....	30
Figura 2 - Benefícios da incubação da Rede Nossas .....	33
Figura 3 - Mapa atual de redes.....	34
Figura 4 - Linha do tempo dos acontecimentos desde a abertura de Amarildos e Priscilas .....	41
Figura 5 - Descrição do problema público trabalhado na campanha Sai da fossa, Manaus!.....	47
Figura 6 - Custos institucionais da Rede Nossas .....	49
Figura 7 - Exemplo de estrutura das campanhas na plataforma virtual.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios de análise de Freitas <i>et al.</i> (2020) adotados na pesquisa .....	27
Tabela 2 - Interações nas campanhas.....	54
Tabela 3 - Edições do Programa de Mobilizadores .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
AMAC	Associação de Mulheres com Atitude com Compromisso Social
DDPA	Delegacia de Descoberta de Paradeiros
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IDD	Inovação Democrática Digital
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
STF	Supremo Tribunal Federal
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UPP	Unidade Polícia Pacificadora



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Desenvolvimento das relações sociais	14
2.2 Democracia participativa	16
2.2.1 Participação social e poder	17
2.2.2 Modernização da participação social	18
2.2.2.1 Inovações Democráticas	20
2.2.3 Governança Digital	21
2.2.3.1 Ativismo digital	21
2.2.3.2 Modelo de análise tecnopolítico das Inovações Democráticas	23
3. METODOLOGIA	25
3.1 Descrição geral da pesquisa	25
3.2 Pesquisa descritiva qualitativa	26
3.3 Modelo de avaliação	26
3.4 Pesquisa documental e bibliográfica	27
3.5 Etnografia virtual e netnografia	29
3.5.1 Procedimento de coleta e análise de dados	29
3.5 Questionário	31
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1 A Rede Nossas	32
4.1.1 Incubação	32
4.1.2 Redes	33
4.1.3 Artefatos usados pela Rede Nossas	35
4.2 Adensamento da contextualização	36
4.2.1 Modelo de ciberativismo criado pela Rede Nossas e sua contribuição para o fortalecimento da democracia	36
4.2.2 A importância da internet para o funcionamento das mobilizações	36
4.2.3 Linha do tempo sobre algumas campanhas virtuais	38
4.2.4 Metodologia de ciberativismo utilizada	45
4.2.5 Sustentabilidade institucional	48
4.3 Metodologia analítica adotada	49
4.3.1 Análise dos artefatos tecnológicos	50

4.3.2 Dimensões da análise	52
4.3.2.1 Análise tecnopolítica das inovações democráticas	52
4.3.2.2 Inovações Democráticas e seus efeitos diretos	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXO	73

## 1. INTRODUÇÃO

Com a modernização da sociedade, uma série de fatores sofreu alterações que conduziram indiretamente ao aprimoramento de suas funcionalidades, de maneira a conseguir acompanhar as novas formas de comunicação e organização social que surgiram. Não estando, contudo, nesse quadro se encontram as questões relacionadas ao constante processo de democratização das ações do Estado, por onde se instala o importante espaço de participação social.

Tendo em vista a questão supracitada, vale ressaltar a importância que o surgimento da internet representa para a democracia, uma vez que, por meio desta, surgem inúmeros veículos propulsores do engajamento do cidadão em questões do Estado. Para Medeiros (2013)<sup>1</sup> a *democracia digital, ciberdemocracia, democracia eletrônica* pode ser entendida como o quadro de popularização do uso de canais da internet para promover uma nova forma de atuação política e social, por meio da qual os cidadãos têm disponíveis instrumentos de fácil acesso para executar sua soberania popular sobre assuntos de relevância pública-estatal.

Ao considerar o impacto positivo que a internet gera sobre os processos de democratização, tornou-se válido destacar, neste trabalho, um movimento inovador, que criou força entre os entusiastas de diversas áreas, sendo este denominado ciberativismo. Segundo Oliveira e Silva (2018)<sup>2</sup> esse movimento pode ser apresentado como uma forma de mobilização cidadã, que se inicia por meio da internet, em prol de uma causa democrática em comum.

A internet permite que o ciberativismo fortaleça a presença do cidadão em questões político-sociais, uma vez que, a partir desta mobilização, as notícias/informações conseguem alcançar um número maior de pessoas, além de também tornar cada vez mais factível a participação dessas mesmas pessoas em

---

<sup>1</sup> MEDEIROS. M. A. **Ciberdemocracia: Democracia Eletrônica, virtual ou digital**. Sabedoria Política, 2013. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

<sup>2</sup> OLIVEIRA. O. D. A; SILVA. F. R. **O uso das redes sociais nas manifestações**. Coruja Informa: O jornal informativo do grupo PET-SI, 2018. Disponível em: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=1906>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

movimentos que promovem a democracia digital. Foi pensando em uma forma de exemplificar como o ciberativismo é um fator-chave na transformação da democracia moderna, ou, melhor dizendo, da ciberdemocracia, que foi selecionada a Rede Nossas, que visa promover a participação dos cidadãos em lutas sociais. Tudo é feito por meio de um *software* livre<sup>3</sup>, disponibilizado para prefeituras e organizações públicas interessadas em conhecer como as pessoas de determinada região enxergam possíveis soluções para os seus problemas públicos.

O ciberativismo apresentado por Fonseca, Filho e Silva (2017)<sup>4</sup>, e que será estudado aqui, servirá como base para serem explanadas as nuances desse tipo de mobilização, de modo a nos fazer entender como ele funciona como um meio inclusivo que promove a participação cidadã em causas sociais – por meio da internet –, que são de extrema relevância para o fortalecimento da democracia.

Outra relevância que não pode deixar de ser mencionada sobre esse tipo de iniciativa é que essa também é capaz de incorporar pessoas de contextos diversos dentro de uma causa comum e, mediante isso, toda essa mobilização gera o fenômeno que muitos pesquisadores chamam de inteligência coletiva, fator que revela a capacidade que todas as pessoas – sem distinções – têm de contribuir com posicionamentos relevantes, obtidos por meio das experiências cotidianas que a vida em sociedade pode proporcionar.

Ao pensar nessas questões, faz-se necessário especificar, de maneira mais detalhada, a forma como a Rede Nossas se enquadra dentro desse parâmetro analítico e como pode servir como exemplificação de uma iniciativa cibernética que consegue reunir pessoas de diferentes tribos para defenderem determinadas pautas. Torna-se válido ressaltar, introdutoriamente, como é o funcionamento da Rede Nossas, que funciona como uma organização sem fins lucrativos, focada no desenvolvimento de tecnologias e disseminação de estratégias político-sociais para além de conseguir atrair cidadãos comuns de forma solidária para apoiar suas causas e, também, conseguir pressionar autoridades para que haja o cumprimento da democracia na execução do seu exercício político.

---

<sup>3</sup> “Software Livre refere-se a todo programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído sem que haja a necessidade da autorização do seu proprietário para isso” (VELASCO, s.d).

<sup>4</sup> FONSECA, M. M. S.; SILVA, P. A.; FILHO, T. A. G. J. **O impacto do ciberativismo no Processo de Empoderamento**: O uso de redes sociais e o exercício da cidadania. Recife: Editora Unijui, 2017.

Mediante tudo isso, evidencia-se uma questão para a qual essa pesquisa servirá como solucionadora, sendo esta: “De que forma a Rede Nossas, considerada uma Inovação Democrática Digital (IDD), contribui para o fortalecimento da democracia por meio do ciberativismo?”.

Na busca pela resposta à pergunta, cabe destacar que a análise, que será feita sobre este quadro específico, tem por objetivo principal compreender de que forma a Rede Nossas viabiliza a utilização de Inteligência Coletiva para maior engajamento político cidadão e, conseqüentemente, fortalecimento da democracia. Para tanto, serão utilizadas dimensões de análise tecnopolíticas elaboradas por Freitas, Sampaio e Avelino (2020)<sup>5</sup>, que servirão para dar mais embasamento analítico à pesquisa, como primeira dimensão a ser utilizada, tem-se que esta:

[...] relaciona-se às características institucionais e tecnopolíticas das inovações democráticas. O principal intuito da análise das inovações democráticas com base nas categorias de análise dessa dimensão é compreender como as iniciativas alcançam seus objetivos e tornam-se, com isso, sustentáveis (FREITAS, SAMPAIO e AVELINO, p. 11, 2020).

Ou seja, como primeira dimensão para esta análise ser realizada, será necessário identificar e observar o desenho de alguns artefatos tecnológicos desenvolvidos pela Rede, para entender melhor como essas iniciativas funcionam para impactar o cenário democrático brasileiro.

Já a segunda dimensão de análise a ser utilizada “[...] destaca a importância de se investigar os efeitos diretos gerados pelas inovações democráticas, aqueles considerados, na abordagem teórica aqui adotada, como instrumentos e meta-instrumentos de ação pública” (FREITAS, SAMPAIO, AVELINO, p. 12, 2020). Logo, outro passo importante a ser dado nesta pesquisa para entender a importância de iniciativas como esta é compreender quais as implicações efetivas do processo de interferência política dos cidadãos, por meio da Rede Nossas, nos processos políticos formais. Assim, busca-se saber quais foram os principais resultados político-legais alcançados a partir das Inovações Democráticas da Rede Nossas. Por fim, é necessário conhecer e identificar a percepção dos gestores e coordenadores da Rede Nossas

---

<sup>5</sup> Freitas, C. S; Sampaio, R.; Avelino, D. **Modelo de Avaliação das Inovações Democráticas Digitais.** *In: Congresso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas - GIGAPP XI, 2020, online.*

sobre os mecanismos de participação social criados pela rede para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Dada a ênfase agregada aos temas relacionados à promoção da participação social como método de expansão da democracia, por meio de iniciativas inovadoras, que utilizam como veículo impulsionador a internet, torna-se notório a importância de se desenvolver este estudo que pretende compreender quais são os impactos que ações como essas, desenvolvidas pela Rede Nossas, geram na sociedade. A ideia consiste basicamente em expor como a modernização das vias de acesso à informação devem ser mais bem exploradas, de modo a garantir a abertura de espaço necessário para que o cidadão consiga colaborar com o processo de soluções de problemas públicos mediante suas experiências realistas sobre o cotidiano local.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento das relações sociais

Para darmos início ao referencial teórico utilizado para dar corpo a esta pesquisa, vale ressaltar que entra em destaque a própria evolução humana que caminha dia após dia em direção ao estabelecimento de uma interação social cada vez mais fluida. Mas, se voltarmos aos primórdios conseguimos perceber que este processo já ocorreu de forma bem mais contraída e lenta, visto que, um dos principais momentos históricos que servem para referenciar quando as pessoas passaram a tomar consciência de que estabelecer relações interpessoais era algo benéfico para o seu próprio desenvolvimento como ser humano, foi algo que só passou a existir com mais frequência com o fortalecimento do comércio e por conseguinte o surgimento das primeiras grandes cidades.

Relações Interpessoais são os contatos entre os indivíduos, as trocas e as comunicações. A interação entre as pessoas em diferentes situações, as quais são comuns e fazem parte da existência humana. Trata-se de um dos fenômenos mais corriqueiros, de forma simples e comum, no qual se visualiza gente lidando com gente, mesmo com suas diferenças e individualidades (MAGALHÃES, 2001<sup>6</sup> apud RIBAS; CAREGNATTO; RIBEIRO; SILVA, 2018, p. 3)<sup>7</sup>.

Ter a devida conscientização de que ter relações interpessoais é pré-requisito para se viver em uma sociedade, faz com que a partir disso as pessoas busquem suas “tribos”, ou melhor definindo, busquem os grupos de pessoas que tenham mais afinidade com o seu modo de entender a realidade. Ao agirem dessa maneira, as pessoas acabam comprovando a tese de que:

Na realidade, a preocupação maior parecia ser a de buscar conhecimento sobre a natureza humana, com ênfase nos efeitos do grupo sobre o comportamento humano, do que propriamente nos efeitos da interação social. Pressupunha-se que a identificação de características comuns encontradas nos indivíduos em diferentes grupos e em diferentes contextos levaria ao conhecimento da natureza humana (ARANHA, 1993, p. 20)<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> MAGALHÃES, L.R. de. Relações Interpessoais no Cotidiano e Aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**. 2001.

<sup>7</sup> RIBAS, T. T. F; CAREGNATTO, M. I. M; RIBEIRO, T; SILVA, M. D. **A importância das Relações Interpessoais na Administração de Conflitos**. In: **Mostra de Iniciação Científica**, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, XVIII, 2018, Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

<sup>8</sup> ARANHA, S. F. M. A interação social e o desenvolvimento humano. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, Ribeirão Preto, vol. 1, n. 3, 1993.

Partindo desse pressuposto, torna-se notória que qualquer atividade realizada por um ser humano, em meio a uma sociedade, perpassa pela experiência da relação social, em que um indivíduo acaba sendo associado a outro para resolver questões. Todavia, não se deve esquecer que, a partir dessa associação espontânea de indivíduos, todos estão sujeitos a ter relações que podem causar um efeito positivo – satisfação – ou um efeito negativo – conflito. Por isso, o ponto ressaltado anteriormente sobre a procura por “tribos” é algo interessante para entender melhor este quadro.

Vale ressaltar que, com a evolução da sociedade ao longo do tempo, a forma como ela passou a ser organizada definiu, a seu modo, a maneira como as pessoas poderiam se relacionar dentro dela. Tendo isso como base, primeiramente, não se deve esquecer a existência de um fator-chave responsável por acarretar mudanças significativas dentro de uma sociedade, que é a economia, pois é por meio da evolução dela que as pessoas descobrem a forma como se organizar e relacionar.

Dito isso, cabe salientar que, na Idade Média, o modelo econômico predominante era o Feudalismo, que, grosso modo, funcionava como um sistema de servidão, em que a maior parte da população da época era composta por camponeses que cumpriam ordens expressas dos seus senhores feudais. Nesse tempo, a maior parcela da população, vulgo camponeses, não tinha muita liberdade para se expressar e se relacionar com pessoas distantes dos seus laços familiares e senhoriais.

No entanto, com o êxodo rural ocorrido no período denominado como Baixa Idade Média, as pessoas rotuladas como camponeses passaram a habitar mais as cidades do que o campo e, mediante a esse fenômeno, o fortalecimento do comércio foi inevitável, o que acabou resultando no que conhecemos como Capitalismo.

Sobre o povoamento das cidades medievais entende-se que com a expansão demográfica ocorrida em detrimento do aumento da produção agrícola, muitas pessoas passaram a habitar as cidades, bem como as inovações tecnológicas no campo, que requeriam menos mão-de-obra, expulsaram os camponeses. Estes dois fatores aliadas criaram fluxos migratórios do campo para as cidades (FERLA & ANDRADE, 2007, p. 2)<sup>9</sup>.

Com essa mudança de organização habitacional as pessoas passaram a usufruir cada vez mais de liberdade para interagir com pessoas diferentes das suas

---

<sup>9</sup> FERLA, G. B. & ANDRADE, R. B. A transição do Feudalismo para o Capitalismo. **Synergismus scyentifica UTFPR**, Pato Branco, 02 (1, 2, 3, 4), 2007.



famílias, facilitando assim o fortalecimento das interações interpessoais, onde pessoas distintas passaram a se conhecer e interagir. Foi a partir dessas primeiras interações que as pessoas foram ficando mais próximas daqueles com os quais mais se identificavam e assim acabavam por organizar as suas próprias comunidades específicas.

Um ponto mencionado no parágrafo anterior deve ser aprofundado para deixar claro que existe uma distinção entre os termos comunidade e sociedade. Para esclarecer os pontos sobre essa dissociação, pode-se trazer a ideia de que

Comunidade é um grupo social que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos. Esta coesão se alimenta da concordância dos indivíduos sobre assuntos de interesse comum à comunidade da noção compartilhada de que o bem comum deve prevalecer sobre os interesses e desejos individuais (BEN, 2018)<sup>10</sup>.

Quanto à sociedade, pode-se trazer o pensamento do sociólogo Tönnies (1947)<sup>11</sup>, que dizia que enquanto o domínio da comunidade era mais íntimo e exclusivo, o domínio da sociedade era algo mais aberto, que não cabe somente ao convívio de pessoas semelhantes.

Fechado este assunto podemos prosseguir para a pauta de que a formação de comunidades serviu para unir pessoas de pensamentos semelhantes, mas de contextos/cotidianos muito diferentes tornando assim a experiência comunitária dos indivíduos cada vez mais enriquecedora. Pois, se pararmos para analisar, a medida em que o sistema político democrático foi instaurado na sociedade, foi ficando progressivamente mais fácil fazer com que dessas comunidades surgissem reivindicações populares formuladas a partir do compartilhamento de ideias coletivas.

## 2.2 Democracia participativa

Como um dos maiores ganhos alcançados pela sociedade, há a instituição da democracia, que, segundo Bobbio (1986)<sup>12</sup>, significou um grande marco para os cidadãos que se encontravam, no período anterior a este, imersos em um contexto

<sup>10</sup> BEN, Juliana. Comunidade e sociedade: diferentes formas de convívio. **Curso Enem Gratuito**. 2018. Disponível em: <https://cursoenemgratuito.com.br/convivio-social-sociologia-enem/>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

<sup>11</sup> TÖNNIES, F. (1947) **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1887.

<sup>12</sup> BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

basicamente autoritário e sem muito espaço para exposição de ideias. Essa instituição representou não só a concessão de espaço ao cidadão, como principalmente garantiu uma série de direitos primordiais.

A partir do surgimento da democracia, surgiram novas consolidações que buscavam gradativamente propiciar ao cidadão comum certa utilidade nos processos decisórios, que Avritzer (2002)<sup>13</sup> relata como um extenso processo de liberalização do envolvimento do público em assuntos referentes ao Estado. Com o desenrolar desse processo, surge a democracia participativa, que se torna relevante ao tema que será pesquisado, pois não significa apenas uma abertura de espaço, mas também uma possibilidade garantir que a população esteja ciente das ações do Estados, tornando-a apta a expor ideias quando necessário, como afirma Ventura (2015)<sup>14</sup> ao longo de todo seu artigo científico.

### 2.2.1 Participação social e poder

Para compreender as nuances que engloba, de modo mais específico, o tema escolhido para esse trabalho, foram consideradas como de relevância significativa as ideias defendidas por Foucault (1982), em que são apresentadas as formas pelas quais a interação social pode ser analisada de maneira a ser compreendida que, em toda e qualquer relação social, se estabelece determinada forma de poder.

Assim, encontram-se pontos que se relacionam diretamente com a ideia de que a participação do povo nas atividades governamentais também pode representar uma forma de demonstração de poder – soberania popular – dentro do referido contexto, retirando, assim, um pouco do foco na figura central do representante político. Isso significa dizer que, assim como Foucault apresenta um ponto de vista teórico que reverencia a alteração da hierarquização do poder, a realidade social também consegue demonstrar, na prática, a ocorrência desse fenômeno. “[...] Ele observou que, na realidade, o poder surge em todos os tipos de relacionamentos, e pode ser construído a partir da base de uma pirâmide ou de qualquer estrutura” (FOUCAULT, 1982, p. 24)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> AVRITZER, L. **Democracy and the public space in Latin América**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

<sup>14</sup> VENTURA, T. Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, vol.14, n. 3, 2015.

<sup>15</sup> FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

Como reforço dessa ideia, Latour (2012) discute a questão da importância da interação da sociedade e da consideração desse quadro como algo que realmente faz a diferença, tendo em mente que a natureza diversificada da ampla gama de pessoas que constituem a sociedade resulta em uma visão mais expandida da realidade local. Uma passagem que serve como referência para esse posicionamento apresenta a seguinte ideia: "O ator não é a fonte de um ato e sim um alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção" (LATOURE, 2012, p. 75)<sup>16</sup>.

No que tange aos interesses dessa pesquisa, cabe ressaltar que essas duas primeiras visões, de Foucault (1982) e Latour (2012), referenciam a compreensão que se anseia enfatizar no primeiro momento, sendo essa demonstrar que a promoção da participação social pode angariar resultados significativos para a atuação estatal. Tendo em vista que cada indivíduo possui uma experiência, um posicionamento etc., que, ao serem trabalhados de forma coletiva e assistida, podem resultar em resoluções de problemas públicos de forma mais abrangente e realista.

### 2.2.2 Modernização da participação social

Mediante à introdução da importância das relações sociais e estatais, abre-se caminho para destacar, de modo mais aprofundado, os assuntos relacionados ao poder que a comunicação interpessoal pode apresentar para a sociedade moderna. Castells (2009), por exemplo, relata sobre a significância que a modernização dos meios de comunicação representa para o surgimento de novas formas, mais rápidas e mais expandidas, de interação entre indivíduos de diferentes regiões do planeta.

[...] Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável (CASTELLS, 2009, p. 21)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> LATOUR, B. **Reagregando o Social**: uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012. Introdução e Parte I.

<sup>17</sup> CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2009. Prólogo: A Rede e o Ser.

Consoante a isso, considerando as definições feitas por Thompson (2011)<sup>18</sup> e por Molina (2013)<sup>19</sup>, significa dizer que o surgimento das novas tecnologias de comunicação marcou uma era, tendo em vista as facilitações que foram surgindo de forma subjacente a esse acontecimento. Dessa maneira, observa-se que esse ponto de vista se correlaciona com a ideia principal deste estudo, uma vez que o enfoque é realçar a forma como os veículos de comunicação desenvolvidos ao longo desse período moderno facilitam o engajamento de pessoas comuns no processo democrático.

Assim, surge um fator bastante relevante para a pesquisa em si, que diz respeito à utilização de Inteligência Coletiva, apresentada por Lévy (2007)<sup>20</sup> e Bembem (2013)<sup>21</sup>, uma vez que esse fator funciona como a utilização do posicionamento e ideias de pessoas comuns para expandir a percepção estatal sobre a realidade da sociedade. Por isso, se ressalta a significância da interação da população com o Estado propriamente dito.

Contudo, é importante salientar como esse processo de engajamento pode ser dado, visto que ainda existem empecilhos relacionados à legitimidade da participação social mencionada por Bispo Júnior e Gerschman (2015)<sup>22</sup>, assim como a própria população ainda não possui ciência completa sobre o poder que a voz popular detém sobre o Estado. Isso decorre de uma tendência antiga de compreender o posicionamento das classes daqueles que não possuem tantas posses como sendo as de menor relevância dentro da sociedade, uma vez que elas são consideradas pelos mais poderosos como figuras comuns.

Hardt e Negri (2005) retratam algumas teorias referentes a essa questão da falta de consideração com o posicionamento das classes mais inferiores, que, na verdade, acaba sendo vista ao longo do livro como um quadro de ignorância dos fatos.

---

<sup>18</sup> THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 12.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.

<sup>19</sup> MOLINA, C. G. M. A internet e o poder da comunicação na sociedade em rede: Influências nas formas de Interação Social. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Bernardo do Campo, vol. 3, n. 3, 2013.

<sup>20</sup> LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**: para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.

<sup>21</sup> BEMBEM, H. C. A. and SANTOS, L. V. C. P. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasil, vol. 18, n. 4, p. 139-151, 2013.

<sup>22</sup> BISPO JÚNIOR, J. P. and GERSCHMAN, S. Legitimidade da representação em instâncias de participação social: o caso do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, pp. 1883-193, 2015.

A medida em que se esclarece que o conceito de classe está mais ligado à biopolítica do que à condição financeira “[...] Os pobres não são excluídos da concepção de classe, sendo pelo contrário, centrais para ela” (HARDT and NEGRI, 2005, p. 145)<sup>23</sup>. A ideia principal desse livro se aproxima ao da pesquisa a ser realizada, uma vez que ambos reverenciam o potencial de luta e posicionamento que as classes possuem, sem distinções.

Enfatizada a importância do envolvimento dos cidadãos, considerados comuns, frente aos principais obstáculos aqui também já mencionados, acaba-se abrindo espaço para apresentar de que forma pode ocorrer a promoção dessa supramencionada participação social. Como já foi citado a criação de meios tecnológicos de comunicação facilita significativamente o aumento da presença dos cidadãos em discussões recorrentes a problemas públicos, contudo, também existe o que Levy (1999)<sup>24</sup> denomina a cibercultura como a tendência que as novas gerações vêm seguindo utilizando a internet como principal veículo de interação social, comunicação e, também, publicação de variados posicionamentos. Portanto, a cada ano que passa, as pessoas estão mais intencionadas em resolver a maioria de suas questões sociais por meio da internet, tornando ainda mais viável o engajamento político por meio dela.

### 2.2.2.1 Inovações Democráticas

Mediante aos aprimoramentos ocorridos ao longo dos anos, referente à participação social, cabe apresentar aqui uma nova tendência, que foi ganhando força nos campos de debate sobre democracia e participação social, ela é denominada por Inovação Democrática Digital (IDD), que, segundo Smith (2009)<sup>25</sup>, pode ser compreendida como iniciativas de cunho político criadas em prol do aperfeiçoamento da colaboração cidadã nas tomadas de decisão dos seus representantes políticos. O surgimento dela acaba sendo resultado de uma luta que permeia na sociedade brasileira, de modo específico, desde a sua redemocratização, em que as pessoas passaram a se empenhar mais em tornar ativos canais de comunicação com o Governo, de maneira a terem suas demandas públicas direta ou indiretamente atendidas.

---

<sup>23</sup> HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

<sup>24</sup> LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

<sup>25</sup> SMITH, G. **Democratic innovations**: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Toda essa questão acaba relacionando-se, conseqüentemente, com uma passagem de Bobbio (2015)<sup>26</sup>, em que ele afirma que, em tempos de democracia, persiste a existência de um poder visível, no qual as medidas acatadas e/ou resolvidas são realizadas mediante a um público que assiste e intervém quando necessário. Esse cenário associado às IDDs acabou abrindo espaço para diversificadas formas de intervenção pública, que, desde seu surgimento, geram impacto no contexto político em que vivemos.

### 2.2.3 Governança Digital

Tendo por ponto de partida a relevância da participação social no campo político, cabe também a esse trabalho se aprofundar no que tange aos assuntos relativos à Governança Digital, uma vez que, com a modernização dos canais de comunicação, uma série de questões envolvendo a administração pública e a própria democracia entraram em cheque.

Mais recentemente, entretanto, estudos apontaram que as novas tecnologias da Era Digital, por si mesmas, estavam modificando radicalmente a natureza e o modo de funcionamento da democracia, do governo e do próprio Estado. (e.g. Bimber, 2003; Fountain, 2001; Heecks, 2002; Oliver e Sanders, 2004) (CEPIK, M. e CANABARRO, 2010, p. 12)<sup>27</sup>

Todo esse contexto também fez com que o comportamento dos cidadãos frente ao Estado fossem apresentados de forma bem mais descentralizada e variada, pois com o surgimento de mecanismos na web, que foram criados especificamente para tornar mais acessível um canal de reivindicação de direitos e submissão de demandas populares, fez com que as pessoas “comuns” se interessassem de maneira fluída por essas questões e, por conseguinte, passaram a ser bem mais participativas e colaboradoras nesse quesito.

#### 2.2.3.1 Ativismo digital

De acordo com Fonseca *et al.*, “o ciberativismo ou ativismo digital é um fenômeno social recente, oriundo das novas tecnologias da informação e comunicação – TICs –,

<sup>26</sup> BOBBIO, N. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

<sup>27</sup> CEPIK, M. e CANABARRO, R. D. **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. 1ª Edição. Porto Alegre: WS Editor, 2010.

nascido na década de 1990” (FONSECA; FILHO; SILVA, 2016, p. 61)<sup>28</sup>. Com a dinamização dos processos participativos acarretado pela governança digital, o espaço agora utilizado para tornar mais acessível ao cidadão essas possibilidades de colaboração para a melhoria do serviço do Estado – a rede – possibilitou também o surgimento de uma nova forma de ativismo, o ativismo digital, por meio da qual organizações da sociedade civil, ONGs, entre outros, criam páginas e/ou mecanismos na *web* para reunir pessoas em prol de uma causa política e social. De acordo com Levy:

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível - graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço -, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LÉVY, 2009, p. 186)<sup>29</sup>.

Essa onda de ativismo faz sucesso hoje em dia pelo simples fato dela funcionar como algo descomplicado, que não discrimina os interessados em fazer parte do movimento e que, principalmente, é fácil de ser encontrada.

A forma como o ativismo digital se organiza também traz à tona algo que pode significar um mecanismo de reversão para a questão que a própria globalização impôs à sociedade, a individualização, em que a pessoa está mais interessada naquilo que ela pode ter sem precisar contar com a ajuda do coletivo. “A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais” (Castells, 2003, p. 57)<sup>30</sup>. Isso porque se cria uma tendência à junção de indivíduos por meio de uma compatibilização de identidades, mas isso também não quer dizer que esses indivíduos irão excluir todas as outras perspectivas ou irão querer abraçar todas as existentes para serem os mais inclusivos possíveis. Ou seja, a identidade dentro desse contexto serve, principalmente, para polarizar interesses que surgiram por meio das próprias experiências dos indivíduos envolvidos.

<sup>28</sup> FONSECA, Stêvenis; FILHO, José; SILVA, Andréa. **Ciberativismo e o desenvolvimento sustentável**. 1ª Edição. Curitiba: Appris, 2016.

<sup>29</sup> LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

<sup>30</sup> CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

### 2.2.3.2 Modelo de análise tecnopolítico das Inovações Democráticas

As IDD's possuem uma natureza complexa, que acaba exigindo um olhar analítico mais aprofundado sobre elas, visto que os impactos que estas podem gerar sob os seus respectivos contextos derivam de uma série de fatores que não podem passar despercebidos. Mediante isso, modelos de análise já estipulados se fazem necessários para evitar compreensões equivocadas relacionadas aos efeitos que as IDD's podem ocasionar a uma sociedade.

Dessa maneira, Freitas *et al.* (2020) afirma que existem algumas concepções que podem ser geradas a partir de uma tentativa de interpretação de uma IDD's, e para garantir certa linearidade às análises é interessante considerar o que a autora apresenta como “Modelo de análise tecnopolítico de Inovações Democráticas”. É por meio da aplicação desse modelo que se torna possível compreender como determinados indicadores conseguem expressar a relevância que as IDD's possuem.

O modelo de análise mencionado divide-se no que Freitas *et al.* (2020) determina ser 3 dimensões analíticas. A primeira dimensão envolve as Características Institucionais e Tecnopolíticas das Inovações Democráticas, pode-se entender que ela está direcionada à realização do levantamento das principais características das IDD's, de modo a ser possível compreender como essas funcionam para garantir o seu sucesso e a sua sustentabilidade. Diante disso, indicadores secundários são necessários para aprofundar a análise desta dimensão, sendo eles referentes ao modo como as IDD's são administradas e geridas, quais são suas principais configurações – aqui vai desde a operacionalização tecnológica até a sua formação de recursos humanos institucional – e quais são os métodos utilizados para captação de inteligência coletiva.

Sobre a segunda dimensão, das Inovações Democráticas e suas implicações Diretas, Freitas *et al.* (2020) referenciam a necessidade de se conhecer quais são os principais impactos diretos gerados a partir da aplicação das IDD's na sociedade, ou seja, busca-se conhecer quais são os efeitos diretos ocasionados por elas. Nesse sentido, é apresentado como indicador o levantamento de instrumentos de ação pública – sobre esses “[...] Lascoumes e Le Galés (2007)<sup>31</sup> sugerem que os instrumentos de

---

<sup>31</sup> LASCOUMES, P.; LE GALES, P. Introduction: understanding public policy through its instruments. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.



ação pública são dispositivos técnico-sociais que orientam as relações entre a administração estatal e a sociedade civil” (LASCOURMES; LE GALÉS, 2007 *apud* ANDRADE; VALADÃO, 2017, p. 408) –, que podem ou não terem sido oficializados por meio de documentações legais. Isso porque o processo de formalização desses instrumentos de ação pública também é capaz de revelar pontos interessantes ao que tange a essa dimensão. Ainda nessa dimensão, também é apresentado como indicador o levantamento “[...] dos meta-instrumentos de ação pública, considerados como aqueles que orientam o funcionamento interno das instituições participativas e ordenam, assim, as arenas públicas de discussão e deliberação” (FREITAS, SAMPAIO e AVELINO, p. 13, 2020), para mensurar, assim, o formato oficial com que as IDDs operam suas atividades frente aos campos participativos.

Por fim, temos a terceira e última dimensão dada por Freitas *et al.* (2020), das Inovações Democráticas e seus Efeitos Indiretos, que se direciona mais a fatores subjetivos surgidos a partir das efetivações das IDDs na sociedade, ou seja, o foco desta é mais voltado para o legado comportamental que as implementações das IDDs criam. Com ela, é possível notar a consolidação da potência participativa dos cidadãos comuns em processos políticos – em que as pessoas conseguem entender o potencial transformador que suas colaborações têm para Democracia – e construção de identidades coletivas para defender os direitos dos cidadãos. Para poder mensurar esses efeitos indiretos, há os seguintes indicadores:

[...] produção de conteúdo para ativismo político e fortalecimento de movimentos sociais; o número de atores capacitados pela iniciativa; o número de acessos pelos diversos atores em determinado período (verificando sua penetrabilidade e alcance); os tipos de uso da ID por variadas organizações, coletivos e indivíduos; o poder de articulação da inovação por múltiplos atores; os diferentes grupos, coletivos e/ou organizações conectados, articulados pela ID em determinados intervalos de tempo; as práticas políticas alternativas e as eventuais novas formas de cidadania, expressas na ação pública (FREITAS *et al.* 2020, p. 15).

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Descrição geral da pesquisa

Como já foi dito, este trabalho tem por objetivo maior conhecer como funciona a Rede Nossas, de modo a obter o embasamento necessário para poder considerar a sua relevância para o cenário participativo brasileiro. Portanto, a abordagem científica que melhor se adequa é a qualitativa, tendo em vista que os levantamentos numéricos não se fazem muito relevantes para a análise que se deseja realizar.

Por meio da abordagem qualitativa, busca-se encontrar quais são as principais realizações que algumas das campanhas desenvolvidas pela rede tiveram e, principalmente, quais foram seus impactos sobre a sociedade. Mediante a isso, a aplicação de alguns dos critérios apresentados por Freitas *et al.* (2020) se faz essencial para compreender o valor da entrega realizada pelas campanhas que serão selecionadas, uma vez que sua base analítica também está interessada em coletar informações qualitativas sobre os processos desenvolvidos e os seus efeitos.

Além do referencial teórico já mencionado, também serão consideradas as teorias apresentadas por Foucault (1982) e Latour (2012), em que são apresentadas percepções distintas, porém complementares, relacionadas à soberania popular diretamente ligada à participação social que serão trabalhadas para enriquecer o embasamento teórico principal. Ademais, conhecer como essa questão é trabalhada pela Rede Nossas acaba servindo como um complemento para se entender melhor os resultados que poderão surgir com os critérios adotados da teoria de Freitas *et al.* (2020).

Desse modo, pode-se apresentar como objetivo desta pesquisa qualitativa a descrição das tecnologias utilizadas, dos processos realizados, do impacto gerado, entre outros, o que acaba a qualificando, também, como uma pesquisa descritiva. Para tal análise ser executada e para fundamentar a relevância do advento tecnológico para o aprimoramento dos instrumentos de comunicação entre os indivíduos, são trazidas para a discussão as ideias apresentadas por Castells (2009). Para aprofundar de maneira mais específica o objeto de estudo em questão, serão exploradas as ideias elencadas por Fonseca, Filho e Silva (2020) e Lévy (2009) sobre as questões que envolvem o Ativismo Digital. Visto que a Rede Nossas desenvolve projetos que

promovem esse tipo de ativismo, a medida em que executa um serviço em prol da participação social em si e se empenha em fazer bom uso da inteligência coletiva, por meio de suas plataformas digitais, buscando, assim, descrever como ocorre tal fenômeno e quais são seus efeitos sobre a sociedade moderna.

### **3.2 Pesquisa descritiva qualitativa**

Esta pesquisa se enquadra como descritiva qualitativa por tentar entender como uma Inovação Democrática Digital pode desprender uma série de efeitos positivos sobre uma sociedade democrática, dependendo da descrição de seu funcionamento e da definição de como a Rede Nossas pode representar um marco significativo para o engajamento dos cidadãos em processos políticos. Toda a análise será realizada em torno das funcionalidades desenvolvidas por meio da plataforma da Rede Nossas, com base nas categorias analíticas e indicadores do modelo de avaliação das inovações democráticas digitais apresentado no referencial teórico.

### **3.3 Modelo de avaliação**

Para poder realizar a análise que se espera deste trabalho, foram levadas em consideração, também, algumas categorias analíticas do modelo proposto por Freitas *et al.* (2020). A seguir, as dimensões, categorias e indicadores selecionados para orientar a presente pesquisa.

Tabela 1 - Critérios de análise de Freitas *et al.* (2020) adotados na pesquisa

Dimensões	Categorias de Análise	Indicadores
I Características Tecnopolíticas das Inovações Democráticas	Tipos de colaboração com base em coleta e gestão de Inteligência Coletiva	Colaboração (conjugação de atividades como partes de um todo)
	Recursos de Inteligência Artificial e outros Recursos tecnológicos-informacionais mobilizados	Bots para coleta e gestão de dados
		Outras estratégias não formalmente conceituadas
	Sustentabilidade	Tempo de existência
		Nº de participantes
II Implicações diretas/formais das Inovações Democráticas	Instrumentos de Ação Pública	Instrumentos de ação pública instituídos ou reconhecidos formal e institucionalmente ( <i>outcomes</i> , ou seja, portarias, regimentos, políticas públicas, programas ou ações governamentais etc.)

Fonte: elaboração própria baseada na tabela de indicadores de Freitas *et al* (2020).

### 3.4 Pesquisa documental e bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada ao passo em que se buscou fundamentos teóricos que servissem como base para mais aprofundamentos no tema em questão, uma vez que estabelecer essa relação de posicionamentos teóricos com aquilo que ocorre na prática possibilitou a elaboração de um estudo cada vez mais bem estruturado e com fortes perspectivas correlacionadas.

Para exemplificar essa questão, pode ser citada a relação, encontrada para ser trabalhada aqui, entre os textos de Foucault (1979) e Latour (2012), ao definirem suas

considerações sobre o poder que a participação social possui em relação aos trâmites políticos e os efeitos ocasionados a partir disso. De acordo com Marconi e Lakatos (2006)<sup>32</sup>, o estabelecimento dessa relação de análise entre a realidade e fundamentos teóricos é fundamental para a execução de uma boa pesquisa.

Além do estabelecimento dessas correlações de posicionamentos teóricos, é válido ressaltar a relevância que se desprende em torno dos conceitos explorados e apresentados por Lévy (2009) e Fonseca, Filho e Silva (2020) que explana melhor a forma como a participação social é dada por meio de mobilizações de ativismos digitais, frente as que já existiam, sendo essa a de utilização de inteligência coletiva como uma ferramenta de aprimoramento de políticas públicas. Marconi e Lakatos (2006) referenciam essa questão de consideração do conhecimento popular como fundamentação de um estudo completamente válido tendo em mente que “a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 76).

Em relação à pesquisa documental, pode-se considerar que esta tornou-se válida para essa pesquisa em questão, uma vez que:

[...] trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida” (Kelly *apud* Gauthier 1984, p. 296).

Ou seja, seguindo esse tipo de pesquisa, é possível levantar informações relevantes, encontradas em documentos publicados, que servem para dar uma contextualização mais exata do objeto de pesquisa.

Além disso, ter acesso a tais documentos ajuda a fortalecer a tese defendida de forma quase que incontestável, ao considerar a imparcialidade que compõe o corpo dos textos desses instrumentos de pesquisa, bem como a qualidade das informações que são expostas ali. Por fim, vale ressaltar que será por meio desta pesquisa documental que será possível realizar um levantamento de dados, que trarão coerência para a correlação das citações inseridas anteriormente.

---

<sup>32</sup> MARCONI, M., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

### 3.5 Etnografia virtual e netnografia

Tendo em vista que o desenvolvimento dessa pesquisa será dado a partir, principalmente, de uma ferramenta digital que busca articular o conhecimento popular em prol da democratização do espaço político, encontra-se uma forte ligação entre essa questão com a denominada etnografia virtual ou netnografia apresentada por Hine (2004)<sup>33</sup>. Assim, torna-se relevante relatar como se dá essa nova metodologia, que surgiu como um fruto da modernização dos meios de interação social, uma vez que defende todas as formas de relações sociais inteiramente legítimas, mesmo estas sendo dadas virtualmente.

Como se pretende analisar o impacto que a plataforma digital da Rede Nossas, verifica-se, de forma notória, a relação que se estabelece com a metodologia apresentada por Hine (2004), pois, à medida em que forem se aprofundando as análises desse estudo, cada vez mais será explorado o campo virtual já mencionado para fins de maior engajamento.

#### 3.5.1 Procedimento de coleta e análise de dados

Para que a análise de informações ocorresse, fez-se necessária a realização de pesquisas netnográficas – método de pesquisa baseado em estudos de caso realizados *on-line* – que puderam ser realizadas por meio de buscas nas plataformas individuais do Painel de Pressão e do Bonde, artefatos tecnológicos selecionados como amostra dessa pesquisa que serão trabalhados de forma mais aprofundada mais adiante. Também foram obtidas respostas a um questionário que foi encaminhado para a central de atendimento da Rede Nossas, com o intuito de coletar informações complementares as que já foram expostas na internet. No entanto, vale a pena mencionar que, ao entrar na plataforma digital do Painel de Pressão, foi recebida uma notificação de que a referida ferramenta não se encontrava mais em uso, pois, com o desenvolvimento e implementação da ferramenta o Bonde, a equipe da Rede preferiu integralizar as funcionalidades dela nesse novo artefato tecnológico mais abrangente e mais completo.

---

<sup>33</sup> HINE, C. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

Figura 1 - Notificação sobre o Painel de Pressão



Fonte: [paneladepressao.nossascidades.org](http://paneladepressao.nossascidades.org)<sup>34</sup>.

Mesmo com essa questão, ainda se tornou possível analisar/utilizar dados muito importantes sobre o artefato, pois, mesmo com a finalização do seu uso, a plataforma digital ainda se encontra ativa para curiosos/estudiosos acessarem informações que podem servir tanto para compreender como era o seu funcionamento como para empreender quais foram os resultados de cada mobilização gerada e concluída por meio dela. A organização das informações expostas no referido site é dada de forma bem intuitiva e nele é possível encontrar cada campanha de mobilização virtual que foi aberta, quem foram seus criadores, qual é a sua pauta e tema, quantidade de pressões feitas, quais foram as figuras políticas pressionadas, notícias que saíram na mídia sobre as campanhas, respostas das figuras pressionadas e, por fim, o *status* da campanha – onde dá para sabermos se ela foi vitoriosa ou não.

Quanto ao *site* da ferramenta o Bonde, pode-se dizer que existem diferenças significativas em relação à plataforma do Painel de Pressão. Enquanto no *site* do Painel de Pressão as informações estão todas expostas de forma simples e intuitiva

<sup>34</sup> REDE NOSSAS. Painel de Pressão, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: [paneladepressao.nossascidades.org](http://paneladepressao.nossascidades.org). Acesso em: 22 de agosto de 2021.

em suas abas, no *site* do Bonde há informações sobre suas realizações junto à sociedade, dando espaço mais para a divulgação de todas as suas funcionalidades – como forma de atrair assinantes para seus planos de serviço – e também para a sua prestação de contas – vulgo apresentação da distribuição de suas despesas mensais, distribuição essa que considera os valores que apoiadores compartilham junto com a Rede Nossas. O campo que fala um pouco sobre as principais conquistas alcançadas por meio do artefato tecnológico é bem breve e menciona apenas quatro realizações. Por isso, foi necessário encontrar como alternativa para coletar os dados necessários para gerar insumos analíticos suficientes para que essa pesquisa fosse realizada o questionário, que entraremos em detalhes no próximo tópico.

### **3.5 Questionário**

Em busca da melhor forma de se explorar a rica gama de material relacionado ao objeto de estudo, será elaborado um questionário para o grupo de colaboradores da Rede Nossas, de modo a coletar informações diretamente da fonte sobre como se estabeleceu a utilização de tal IDD e quais foram as principais impressões obtidas a partir da experiência destes dentro da rede. É por meio da execução desse trabalho que se pretende observar, de maneira mais direta, a realidade estudada, com o intuito de conhecer na prática e em campo as principais variáveis que compõem esse processo.

O questionário foi formulado com 19 questões que lançavam perguntas relacionadas a quais tecnologias são utilizadas nas campanhas, quais as campanhas foram operacionalizadas pelos artefatos tecnológicos escolhidos para aprofundamento analítico (Painel de Pressão e Bonde), qual a principal forma de divulgação das campanhas, qual a metodologia de ativismo utilizada, entre outras que podem ser conferidas no Anexo 1. Como as perguntas apresentadas referem-se a diferentes pontos de atuação dentro da Rede Nossas, sendo esses alternados entre o setor técnico, setor estratégico e operacional, o questionário que foi apresentado apenas para um ponto de contato – responsável pelo atendimento ao público da rede – acabou sendo encaminhado, por esse ponto de contato, para mais de um colaborador, no intuito de serem coletadas informações mais exatas.



## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 A Rede Nossas

A Rede Nossas é uma iniciativa que tem por objetivo principal gerar insumos que estimulem a população a estar cada vez mais engajada em movimentos ciberativistas por meio da execução de direitos garantidos ao povo pela Constituição Federal de 1988 e da defesa deles. Por meio da Rede, torna-se possível garantir que, mediante mobilizações e pressões públicas, seus representantes políticos exerçam seus papéis públicos em prol dos desejos da população.

Para iniciar o aprofundamento das principais características e funcionalidades dessa rede, cabe informar que todas as informações apresentadas aqui têm embasamento na coleta de dados no site dela e na aplicação do questionário elaborado para compor este estudo. Deste modo, a Rede Nossas foi criada em 2011, no Rio de Janeiro, por meio do projeto Meu Rio, funciona como uma instituição apartidária e sem fins lucrativos. Sua organização institucional conta com uma equipe de 24 colaboradores, 9 líderes estratégicos e 6 conselheiros.

A Nossas atua basicamente como um laboratório de ativismo comprometido com o fortalecimento da democracia e da justiça social. Além de lançar campanhas de mobilização, ela oferece uma série de alternativas de engajamento, que ajudam cidadãos a estarem cada vez mais engajados em causas ativistas, assim como também pode torná-los aptos a lançarem suas próprias campanhas na internet. Dito isso, a Rede atua em 3 frentes distintas, sendo elas: a incubação, as redes e as ferramentas.

#### 4.1.1 Incubação

Sobre a incubação pode-se dizer que a IDD fornece ajuda para projetos que envolvam luta por causas democrática-sociais e busquem por mais capilaridade, ou seja, aumento de alcance do seu público-alvo. Além disso, fornece apoio para aqueles que desejam terminar o desenvolvimento ou acelerar seus projetos – e por acelerar entenda “[...] reduzir a duração total de um projeto ao menor custo possível pela aplicação adicional de recursos apenas nas atividades que proporcionam, como contrapartida, a redução esperada na duração total”<sup>35</sup> (FAVERO, 1989, p. 11).

---

<sup>35</sup> FAVERO, J. S. **Aceleração de projetos na curva de tempo-custos**: Uma implementação computacional. Tese (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 11. 1989.

A imagem a seguir apresenta os principais benefícios que a rede oferece para as pessoas cadastradas na iniciativa:

Figura 2 - Benefícios da incubação da Rede Nossas

#### I A GENTE OFERECE



Fonte: [www.nossas.org](http://www.nossas.org) <sup>36</sup>.

Nesse sentido, cabe enfatizar que, até o momento, a Rede já incubou cerca de 6 projetos, sendo estes o Acolhe LGBTQ+, Me Representa, Defezap, Rede Nossas Cidades, Beta e Rede de Apoio Psicológico. No momento, está em processo de incubação o projeto Rede de Acolhimento. Com isso, fecha-se a apresentação referente aos serviços de incubação da Rede Nossas.

#### 4.1.2 Redes

Em relação às redes, pode-se afirmar que, seguindo dados e informações expostas na plataforma virtual da Rede Nossas, a primeira a surgir foi a Meu Rio, em 2011, que serviu como piloto para a formação do que viria ser a Rede Nossas. Essa só tomou forma em 2014, após o lançamento da primeira edição do Programa dos Fundadores – iniciativa fruto da Rede Nossas Cidades, criada no intuito de mobilizar e

<sup>36</sup> REDE NOSSAS. Rede Nossas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.nossas.org/>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

preparar “fundadores” de variadas localidades do Brasil para serem esses os representantes pioneiros das redes locais que viriam a surgir nas suas respectivas regiões, onde reuniram jovens representantes de cidades como Recife, São Paulo, Campinas, Blumenau, Porto Alegre e Garopaba – que consolidou a formação de entusiastas de algumas cidades brasileiras, de maneira a torná-los capazes de encabeçar as redes das suas localidades, formando, assim, a teia de redes que constituem a Rede Nossas. A partir desse momento, a rede lançou o programa Rede Nossas Cidades, que passou a disponibilizar materiais tecnológicos e didáticos para os representantes de cada região. Logo em seguida, começaram a surgir redes em regiões distintas do país. Atualmente existem cerca de 11 redes em cidades de norte a sul, como Manaus, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Igarassu, São Paulo, Campinas, Blumenau, Garopaba e Porto Alegre.

Figura 3 - Mapa atual de redes



Fonte: [redenossascidades.org](http://redenossascidades.org)<sup>37</sup>.

É por meio dessas redes que a Rede Nossas consegue capilarizar a sua missão Brasil afora e, por conseguinte, alcançar uma maior gama de jovens que têm potencial para transformar os contextos em que vivem por meio da defesa de causas democrático-ativistas. Vale enfatizar, ainda, que cada uma dessas redes possui as próprias páginas na internet, criadas a partir de uma tecnologia desenvolvida pela Rede

<sup>37</sup> REDE NOSSAS. Rede Nossas Cidades, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: [redenossascidades.org](http://redenossascidades.org). Acesso em: 08 de setembro de 2021.

Nossas, denominada o Bonde – que será detalhada um pouco melhor no tópico seguinte. Com o auxílio dessa ferramenta, as 11 redes conseguem estabelecer um canal seguro para divulgação de suas campanhas e para mobilização de entusiastas.

#### **4.1.3 Artefatos usados pela Rede Nossas**

A Rede Nossas é conhecida também por disponibilizar ferramentas tecnológicas para que pessoas comuns possam atuar em campanhas de mobilização na internet de forma descomplicada. Dentre as ferramentas que são disponibilizadas para a sociedade, pode-se citar uma que já se encontra desativada, mas que serviu como projeto piloto da rede para essa questão: o Painel de Pressão, que servia estritamente para campanhas de mobilização que tinham por objetivo pressionar autoridades públicas.

Com a desativação do Painel de Pressão, a equipe técnica da Rede Nossas trabalhou em cima de todos os seus pontos de melhoria e implementou funcionalidades para que a nova ferramenta, o Bonde, atendesse às demandas do público de forma condizente com as lições aprendidas do primeiro instrumento. O Bonde foi lançado para a sociedade com funções que atendiam tanto campanhas de pressão – com disparos de *e-mails* – quanto campanhas de arrecadação de fundos, gestão de formulários e redes de solidariedade. Além dessas novas funcionalidades, o Bonde possui mais um diferencial em relação ao Painel de Pressão, tendo em vista que a primeira ferramenta era gratuita e a segunda é paga em regime de assinatura mensal.

Desse modo, foram selecionados estes dois artefatos tecnológicos da Rede Nossas, o Painel de Pressão e o Bonde, para levantar as informações necessárias para analisarmos a IDD, de acordo com alguns critérios do Modelo de Análise de Inovações Democráticas de Freitas *et al.* (2020). E assim foi possível conhecer melhor como tais ferramentas funcionam ou funcionaram, como fazem ou fizeram para se sustentar e por fim saber quais foram os principais efeitos diretos gerados a partir de mobilizações cibernéticas destes artefatos.

O motivo da escolha desses dois artefatos tecnológicos é a relevância da aplicação dessas ferramentas para o aumento do nível de engajamento cidadão em causas ativistas. O Painel de Pressão servia como um facilitador para o acesso de cidadãos comuns aos contatos dos seus representantes políticos locais, como forma de

ser obtida mais eficiência e rapidez nas demandas públicas locais por meio de mobilizações cibernéticas e/ou telefônicas.

O Bonde funciona como uma plataforma digital que disponibiliza aos cidadãos, motivados a criarem suas próprias mobilizações virtuais locais, diversas facetas de atuação que podem existir em um movimento de ciberativismo, que varia desde a criação de petições até disparos de *e-mails* para os representantes políticos. A partir do acompanhamento da forma como essas duas ferramentas foram mais utilizadas pela população e quais foram os seus principais resultados obtidos mediante o uso delas, será possível alcançar o objetivo principal deste estudo – entender como a Rede Nossas atua para garantir o fortalecimento da democracia por meio do ciberativismo.

## **4.2 Adensamento da contextualização**

### **4.2.1 Modelo de ciberativismo criado pela Rede Nossas e sua contribuição para o fortalecimento da democracia**

A partir deste tópico, serão descritas de forma mais aprofundada as formas como alguns artefatos tecnológicos – Painela de Pressão e Bonde - criados pela Rede Nossas serviram para fortalecer o engajamento cidadão em campanhas de mobilização na internet. Será analisado como tais iniciativas também podem ou não contribuir para o aumento da consolidação da participação social democrática no Brasil.

### **4.2.2 A importância da internet para o funcionamento das mobilizações**

Como mencionado nos tópicos anteriores, a Rede Nossas funciona como um laboratório de ciberativismo que promove mobilizações e disponibiliza artefatos tecnológicos para a sociedade como forma de garantir que o maior número de pessoas consiga se engajar e defender seus direitos por meio de um canal inclusivo e apartidário. Conforme isso, o papel da internet, dentro de todos os processos desenhados pela rede, fica cada vez mais enfatizado como algo fundamental, que coincide com o que é apresentado por Castells (2009), em que a modernização dos meios de interação entre as pessoas é tida como um fator facilitador para integralizá-las em uma rede maior. Se não fosse com a ajuda da internet, a Rede Nossas não conseguiria ter a capilaridade que hoje tem em 4 das 5 regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

Toda essa questão nos faz refletir um pouco sobre a resistência apresentada por Lévy (2009), em que ele questiona a crença de muitos na metáfora do impacto das novas tecnologias sobre a sociedade, uma vez que ele entende essa metáfora como algo que vem de outro mundo, que vem para impactar na vida das pessoas com certa frieza, tendo em vista que as ações executadas por elas possuem um teor impessoal e mecânico. Mas, se considerarmos o breve contexto levantado acima, consegue-se perceber que tanto a internet como as demais tecnologias que derivam dela têm suas funcionalidades realmente automatizadas, que configuram certa impessoalidade do que está sendo feito. Porém, as pessoas que se uniram para projetar tais ferramentas as fizeram pensando de forma humanizada no efeito positivo que estas poderiam gerar na vida de muitas pessoas com apenas alguns *clicks*.

Ao falar sobre a atuação dessas pessoas nos “bastidores” do desenvolvimento dessas tecnologias na *web*, cabe explicar um pouco como a equipe da Rede Nossas utilizou as funcionalidades disponíveis na internet para conseguir atingir os objetivos mapeados por ela. Dito isso, pode-se trazer a questão de que uma das principais ferramentas utilizadas por ela é o *e-mail*, em que desde a implementação do Painel de Pressão até a ferramenta o Bonde vem sendo o principal canal de pressão nos representantes políticos.

Logo, segundo informações coletadas pelo questionário, para o gerenciamento dos endereços de *e-mail* levantados pelo Nossas e para automatização dos diversos disparos de *e-mail*, foram escolhidas ferramentas, como MailChimp – plataforma que facilita e dá vazão a *e-mail* de *marketing*, proporcionando, assim, maior divulgação/alcance das campanhas de mobilização; SendGrid – ferramenta que possibilita que os disparos de *e-mail* aconteçam de forma ritmada, garantindo a pressão esperada sob os políticos; Twilio – plataforma que utiliza a nuvem para alcançar o seu público-alvo não somente por meio do *e-mail*, mas também de outros canais da *web* e de comunicação, como SMS, Twitter, mensagem de voz, vídeo, Facebook, Messenger etc. – é utilizado também o Google Analytics, que tem como principal funcionalidade coletar dados de acessos *on-line*, para deixar a equipe do Nossas ciente sobre a vazão de suas divulgações de campanha na *web*.

O empenho da equipe de operação da rede em unir todas essas ferramentas para garantir não só a sustentabilidade de cada campanha lançada, mas também de

fazer com que, por meio dela, muitas pessoas consigam fazer parte de lutas que promovam tanto a democracia quanto a mudança de comportamentos políticos dentro do Brasil. Isso ultrapassa a superficialidade da existência dessas tecnologias para a subjetividade de se garantir a restauração de direitos democráticos.

#### **4.2.3 Linha do tempo sobre algumas campanhas virtuais**

Para exemplificar melhor a forma como a internet é um instrumento essencial para garantir que as campanhas de mobilização abertas em diferentes localidades, com abrangência regional ou até mesmo nacional, funcionassem a partir de um modelo de ciberativismo que garantiu vitórias significativas para a Rede Nossas. Thompson (2011) e Molina (2013) levantaram a questão de que o surgimento da internet teria sido um marco para humanidade, tendo em vista todas as facilidades que ela proporcionou –, foi organizada uma breve linha do tempo com alguns marcos memoráveis para Inovação Democrática Digital. Em 2011, houve a criação e implementação do que seria o projeto piloto da rede, o Meu Rio, iniciativa elaborada para atender causas diversas no intuito de aproximar o cidadão carioca da política. Até esse momento, não existia a Rede Nossas propriamente dita, pois não havia outros projetos como o Meu Rio espalhados pelo Brasil, foi só em 2014 – como já foi mencionado no tópico “2.2.2 Redes” – que outras pessoas de outros estados brasileiros passaram a ter interesse em replicar a iniciativa em suas respectivas localidades. E, assim a rede surgiu naturalmente, seguindo o que Holden (2007) apresentou, no que tange ao fato de terem aparecido redes de compartilhamento não só entre empresas, mas principalmente entre indivíduos.

Foi a partir desse marco inicial e dessa primeira experiência que os criadores da Inovação Democrática Digital passaram a ter uma noção maior sobre a relevância que suas iniciativas têm para a sociedade, sociedade essa que, se bem direcionada, conseguiria facilmente gerenciar os demais projetos, como foi o caso em Manaus, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Igarassu, São Paulo, Campinas, Blumenau, Garopaba e Porto Alegre, que aos poucos passaram a compor a atual Rede Nossas. Dito isso, torna-se relevante levantar e apresentar os momentos mais marcantes desde que o Meu Rio teve início, mostrando como algumas redes foram surgindo e, mediante elas, pautas locais foram sendo levantadas.

Em 2014, por exemplo, com a replicação do modelo do Meu Rio, em São Paulo, foi criada a Minha Sampa, que, no mesmo ano de sua criação, já levantou sua primeira pauta a ser defendida frente aos representantes políticos da cidade de São Paulo – tendo como fonte da demanda pública o movimento Sampapé!, criado por meio da plataforma Panela de Pressão. Dessa maneira, essa mobilização acabou sendo intitulada como Paulista Aberta, uma vez que a motivação para sua existência era justamente garantir que a população paulista tivesse o direito de utilizar a Avenida Paulista para atividades de lazer com segurança nos finais de semana e nos feriados.

A mobilização Paulista Aberta serviu para testar não só a adesão e engajamento dos paulistas a esse tipo de ação participativa, que atesta a ideia de Latour (2012) sobre a importância da interação da sociedade em pautas recorrentes do seu cotidiano, mas também para os organizadores da Minha Sampa já começarem a testar/descobrir seus canais de parceria com organizações sociais locais. Outra questão sobre essa campanha que vale a pena ser mencionada foi que além de utilizar o dispositivo de pressão virtual do Nossas na época, o Panela de Pressão, ela também conseguiu mobilizar fisicamente pessoas para ocupar parte da calçada da Avenida Paulista, realizando atividades de lazer como outra forma de pressionar as autoridades públicas locais.

Em 2015, o Prefeito da cidade na época, Fernando Haddad, permitiu que a Avenida Paulista fosse fechada para circulação somente de pedestres e ciclistas e, assim, o Secretário Municipal dos Transportes conseguiu avaliar o impacto que esse tipo de fechamento da via causaria para o trânsito da cidade. Em 2016, o Prefeito Fernando Haddad publicou o decreto oficializando a abertura da rua para a população. Por meio da vitória da primeira campanha de mobilização criada pelo Minha Sampa, conseguimos verificar a eficiência da iniciativa implementada dentro de São Paulo. Mais que isso, conseguimos verificar, de forma exemplificada, a teoria do Ator-Rede, de Latour (2005), uma vez que este resultado só pode ser obtido a partir da interação e do envolvimento de vários cidadãos para defender e promover a pauta frente aos seus representantes políticos.

Em concomitância com o lançamento da campanha Paulista Aberta, no ano de 2014, o Meu Rio também lançou a campanha de mobilização denominada Amarildos e



Priscilas<sup>38</sup>. Ela surgiu depois que uma mulher chamada Jovita Belfort, mãe de Priscila Belfort dada como desaparecida em 2013, inicia a busca desesperada pela filha, mas não encontra o apoio esperado da polícia civil do RJ para descobrir, de fato, o que havia acontecido com sua filha. Toda essa falta de empenho da polícia gerou, em Dona Jovita, uma frustração e uma sede por justiça, que acabou a fazendo buscar apoio junto à equipe do Meu Rio e da ONG Rio da Paz, e juntos levantaram uma mobilização para que fosse aberta a primeira Delegacia Civil especializada em desaparecimentos do RJ, para assim serem dadas mais vazões aos casos de desaparecidos na região. Esse comportamento de Dona Jovita confirma a tese de Foucault (1982), que enxerga a participação popular, nas atividades que o Estado faz ou deixa de fazer, como uma demonstração de poder da população que utiliza sua soberania popular para reivindicar/fortalecer a garantia dos seus direitos.

Em consonância ao desaparecimento da Priscila, ocorreu o desaparecimento de Amarildo de Souza, que foi levado dentro de uma viatura da PM para dentro de uma UPP na Favela da Rocinha, onde ele morava. Depois dessa passagem, nunca mais tinha sido visto por familiares ou amigos. Logo após um tempo sem respostas, a família de Amarildo acabou descobrindo que ele havia sido morto e torturado pela polícia e, mesmo sabendo desse triste desfecho, a família não encontrou a quem recorrer, pois nessa época ainda não existia uma delegacia especializada em desaparecimentos. Dado o conhecimento desse caso em âmbito mundial e a relevância desse acontecimento para fortalecer a pauta levantada por Dona Jovita, resolveram homenageá-lo nomeando a campanha de mobilização como Amarildos e Priscilas.

---

<sup>38</sup> MEU RIO. Amarildos e Priscilas, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.amarildosepriscilas.meurio.org.br/>. Acesso em: 15 de setembro.

Figura 4 - Linha do tempo dos acontecimentos desde a abertura de Amarildos e Priscilas



Fonte: amarildosepriscilas.meurio.org.br <sup>39</sup>

A imagem acima apresenta toda a tramitação da campanha aberta por Dona Jovita, em 2013, que, quase um ano depois de sua abertura, resultou na inauguração da denominada Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA), a primeira instaurada no Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2018, com a insurgência do aumento de crimes com teor de ódio atingindo as minorias como LGBTQIA+, negros, indígenas e refugiados, podemos relacionar ao que Aranha (1993) encara como sendo os efeitos negativos de uma associação social espontânea, ou seja, essas minorias formaram uma “tribo” que sofre reações de indivíduos intolerantes dentro da sociedade. Assim, a Rede Nossas decidiu abrir uma campanha nacional, denominada #NinguémFicaPraTrás<sup>40</sup>, que funcionou com uma vaquinha que arrecadou dinheiro para disponibilizar para as organizações que acolhem vítimas de crimes com teor de intolerância. O Nossas organizou para que a

<sup>39</sup> MEU RIO. Amarildos e Priscilas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.amarildosepriscilas.meurio.org.br/>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

<sup>40</sup> REDE NOSSAS. Ninguém fica pra trás, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.ninguemficapratrás.org/>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

arrecadação ocorresse em etapas, pois agindo assim garantiria que as organizações mencionadas tivessem o apoio financeiro por mais tempo.

Com a divulgação de cada uma das etapas de arrecadação, a Rede Nossas estipulou metas, por exemplo, na primeira campanha divulgada estabeleceram a meta de R\$ 250 mil, que foi atingida em cerca de 15 dias após sua abertura. Já com a segunda campanha aberta, a Rede havia estabelecido o dobro da meta anterior para as arrecadações, que após 45 dias de campanhas resultou em R\$ 405 mil arrecadados. A partir do resultado das campanhas de arrecadação, a Rede Nossas distribuiu o valor para que 10 organizações que atendem vítimas de intolerância pudessem contar com mais reforço financeiro e, assim, estariam motivadas a continuar suas lindas jornadas.

Dentre as organizações apoiadas pela #NinguémFicaPraTrás, por todo o Brasil, estava a Casinha, do Rio de Janeiro, que é um centro de acolhimento para jovens LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade ou de violência familiar, que recebeu R\$ 40 mil. Além dela, estava a Associação de Mulheres com Atitude com Compromisso Social (AMAC), da Baixada Fluminense, que funciona com uma roda de acolhimento para mulheres que sofreram qualquer tipo de violência doméstica e recebeu R\$ 40 mil. O Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças, de Olinda, que lida com crianças, jovens e mães que enfrentam violência urbana também foi favorecido com o valor de R\$ 40 mil. Assim como essas 3 organizações, outras 7 – Casa 01 (R\$ 40 mil); Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular (R\$ 40 mil); Centro de Trabalho Indigenista (R\$ 24,8 mil); Casa Miga (R\$ 24,8 mil); Casa de Referência da Mulher Tina Martins (R\$ 24,8 mil); Centro Carmen Basaran (R\$ 24,8 mil); Mulheres de Mirabal (R\$ 24,8 mil) – puderam contar com os recursos provenientes dessa campanha levantada pela Rede Nossas.<sup>41</sup>

Em 2019, foi lançada a campanha de mobilização Parem o Cavalo de Troia<sup>42</sup>, que contou com o apoio tecnológico de um *chatbot* denominado Beta – ele foi criado no intuito de dar mais visibilidade à luta feminina no Brasil, ao disparar mensagens de pressão por meio do Facebook, e divulgar novas oportunidades para as mulheres

---

<sup>41</sup>REDE NOSSAS. Ninguém fica pra trás, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.ninguemficaprtras.org/>. Acesso em 15 de setembro.

<sup>42</sup> REDE NOSSAS. Rede Nossas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.nossas.org/about> . Acesso em: 16 de outubro de 2021.

defenderem seus direitos – para conseguir que o arquivamento da PEC 29/2015<sup>43</sup>, instrumento legal que pretendia criminalizar o aborto mesmo em casos em que ele seria legal. Para garantir a vitória dessa causa no Senado, foram enviados cerca de 50 mil e-mails de pressão, que foram enviados por meio do *chatbot* Beta e, assim, o ganho da causa veio no mesmo ano. Segundo os ensinamentos de Cepik e Canabarro (2010), é possível constatar que, de fato, por meio da utilização da tecnologia conseguiram alterar o modelo convencional da democracia e os cidadãos envolvidos conseguiram obter um resultado positivo quanto as suas demandas.

Com a insurgência da pandemia da covid-19, as campanhas de mobilização orquestradas pela Rede Nossas, no ano de 2020, tiveram uma abrangência nacional, tendo em vista todas as problemáticas humanitárias que surgiram no Brasil. Dito isso, foi lançada a campanha A Renda Básica que Queremos, que foi organizada a partir da divulgação do Governo de que seriam pagos cerca de R\$ 200,00 por família, para que essas conseguissem enfrentar a crise do país. Mediante essa divulgação, 300 organizações sociais se uniram e formaram uma coalizão, para lutar juntos pelo repasse de R\$ 600,00 mensal durante a pandemia e, após de 2 meses de campanha, tendo enviado aproximadamente 11 mil *e-mails* de pressão para os deputados federais e 2.000 ligações para os líderes partidários, veio a aprovação da proposta de R\$ 600,00, que se tornou o atualmente conhecido Auxílio Emergencial e, mais uma vez, a soberania popular de Foucault (1982) vence lutas democráticas no país.

A luta da campanha A Renda Básica que Queremos não parou em 2020, visto que, em 2021, surgiram pautas que precisavam ser contestadas pela população, uma vez que o Governo encerrou os pagamentos do Auxílio Emergencial. Dessa forma, a Rede Nossas levantou mais uma mobilização para esta campanha, em que era defendida a garantia de Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 para as famílias necessitadas até o fim da pandemia. A equipe do Nossas chegou a ir à Brasília para entregar ao Presidente do Congresso uma petição com 65 mil assinaturas defendendo a extensão do benefício e, além disso, foram realizadas várias reuniões com

---

<sup>43</sup> BRASÍLIA. Proposta de Emenda à Constituição n. 29, de 19 de março de 2015. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035&ts=1630409111115&disposition=inline> . Acesso em: 16 de outubro de 2021.

representantes políticos do Planalto Central para debater a possibilidade de prorrogação do recurso.

Além dessa viagem à capital federal, muitas pessoas se mobilizaram virtualmente para defender a causa de diversas formas, como “ilustração”, em que 34 ilustradores de todo país publicaram suas artes em suas respectivas redes sociais utilizando a #600AteDezembro, twittaço que resultou no assunto da extensão do Auxílio Emergencial, indo parar nos *trending topics* da rede social. Por fim, também ocorreu uma reunião com o Governador do Maranhão, Flávio Dino, também líder da Frente de Governadores e, depois dessa reunião, a equipe do Nossas acabou conseguindo enviar cartas de incentivo e de apoio à causa para outros 16 governadores do Brasil. Toda essa mobilização não resultou no esperado, porém o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, a partir de 2022, o Governo Federal deve implementar um programa de renda básica de cidadania para os brasileiros.<sup>44</sup>

Outra campanha lançada em 2020 para combater um problema ocasionado por causa da pandemia foi a Amazônia contra a Covid-19, que funcionou como uma arrecadação virtual de fundos para garantir a muitos indígenas da Amazônia apoio para que eles sobrevivessem à crise humanitária. A campanha foi organizada por professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em conjunto à Rede Nossas, essa acabou sendo a primeira arrecadação que contou com a ajuda das tecnologias da Rede que conseguiu atingir o marco de R\$ 1,2 milhão, com cerca de 11 mil doadores. Com esse recurso, foi possível disponibilizar cestas básicas para mais de 1,8 mil famílias indígenas – pertencentes às etnias Apurinã, Arapaço/Arapasso, Banawá, Baniwa, Barassana, Baré, Carapana, Dâw, Dessana, Kaixana, Kambeba, Kanamari, Kokama, Kubeo, Kuripaco/Coripaco, Marubo, Matis, Matses, Munduruku, Mura, Nadeeb/Nadeb, Paumari, Pirahã, Piratapuia, Satere Mawé, Tariana, Tenharin, Ticuna/Tikuna, Torá, Tukano /Tukana, Tuyuka, Wanana, Werekena, da região amazônica do município de Humaitá.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> REDE NOSSAS. Renda Básica que queremos, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.rendabasica.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

<sup>45</sup> REDE NOSSAS. Amazônia contra COVID-19, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-coronavirus/1742-campanha-amazonia-contra-covid-19-inicia-entrega-de-cestas-basicas-e-kits-de-higiene-no-sul-do-amazonas.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

Dentre outras campanhas de mobilização que ocorreram em 2020, orquestradas pela Rede Nossas, também tivemos a 4G para Estudar<sup>46</sup>, que apoia 33 pré-vestibulares comunitários de diferentes regiões do Brasil – mais precisamente espalhados em 10 estados –, que trabalham para tornar menos desigual a luta de jovens que moram nas periferias ao tão sonhado ingresso na faculdade. A luta consistiu em arrecadação de fundos virtual para garantir que alunos de periferias, que não tinham acesso à internet e estavam impossibilitados até mesmo de acompanhar as suas aulas escolares, devido ao fechamento das escolas para garantir o distanciamento social, pudessem acessar à *web* para estudar e assim tornar a participação deles no Enem menos irregular. Desse modo, contando com a ajuda de 6.843 pessoas motivadas a ajudar esses jovens, a Rede Nossas conseguiu arrecadar R\$ 600 mil para pagar o plano de internet de 4.625 estudantes, por 3 meses.

Assim, fechamos este tópico em que foi explanado, com um pouco mais de detalhes, quais são os efeitos gerados pela Rede Nossas sob a sociedade apresentada por Tönnies (1947) e até mesmo a democracia brasileira.

#### **4.2.4 Metodologia de ciberativismo utilizada**

Com a aplicação do questionário mencionado, foi possível conhecer um pouco mais sobre a metodologia utilizada pela Rede Nossas, que faz com que muitas de suas campanhas tenham um resultado positivo frente ao esperado. Dito isso, foi possível entender que a principal estratégia utilizada pela rede é basicamente empenhar-se em desenvolver campanhas rápidas, porém eficientes no que diz respeito ao impacto positivo que elas geram na sociedade brasileira.

Por isso, o Nossas utiliza algumas outras pequenas estratégias para garantir tamanha efetividade e elas estão relacionadas, principalmente, à simplificação das informações que são disponibilizadas na internet, como forma de permitir que pessoas de diferentes realidades sociais consigam entender a causa e, também, consigam fazer parte das mobilizações. Além disso, temos a presença do fator acessibilidade, que a rede consegue disponibilizar para todos os seus integrantes ao desenvolver ferramentas tecnológicas inovadoras de fácil acesso na *web*.

---

<sup>46</sup> REDE NOSSAS. 4G para estudar, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.4gparaestudar.nossas.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

Vale frisar que, ao agir seguindo essas táticas, a Inovação Democrática Digital permite mais do que uma boa taxa de adesão dos cidadãos, uma vez ao ser acessível muitas pessoas motivadas a lutar por causas públicas se reúnem, por meio de suas campanhas e estando elas juntas e bem embasadas quanto ao contexto em questão elas conseguem dar vida ao conceito de Inteligência Coletiva, apresentado por Lévy (2007) e Bembem (2013). Esse consiste basicamente no fenômeno que se instala ao reunir pessoas de diferentes realidades em um espaço no qual é permitido a troca de ideias e de experiências, que podem ser trabalhadas em conjunto para, mediante a essa construção conjunta, surgir uma campanha que compreende de fato a experiência pública e, assim, aumentam as chances das campanhas abertas sejam cada vez mais assertivas.

Ao pensar nessa questão da Inteligência Coletiva de Lévy (2007) e Bembem (2013), levante-se outro ponto que diz respeito ao nível de engajamento nas causas político-sociais, levantadas nas respectivas campanhas, das pessoas envolvidas. Será que, de fato, o Nossas se preocupa com o fato de as pessoas estarem “na mesma página”? Já vimos ao longo desta pesquisa que a equipe do Nossas se atém a necessidade de instruir bem as pessoas que sentem-se interessadas em abrir suas próprias campanhas a partir das tecnologias que a Inovação Democrática Digital disponibiliza e foi pensando nisso que perguntamos no questionário o que eles faziam para garantir o engajamento dos ativistas/entusiastas nas campanhas e a resposta obtida foi de que eles têm muita atenção no linguajar utilizado nas divulgações de suas campanhas, tentando simplificar ao máximo o problema público que pode estar elencado, como forma de deixar o engajamento político cada vez mais descomplicado.

Essa simplificação que o Nossas se preocupa em realizar para obter a maior compreensão de seu público traz para o debate uma questão que foi levantada por Bispo Júnior e Gerschman (2015), em que eles falam sobre as pessoas que não têm tanto poder aquisitivo enfrentarem a crença de que política é algo para ser discutido entre as classes superiores, uma vez que foi enraizada a ideia de que os mais pobres têm menor relevância – por serem considerados leigos – no que tange aos assuntos política e direitos. Como exemplo de simplificação da descrição do problema público, há a imagem a seguir que descreve um problema público grave, que ocorre em Manaus

e foi divulgado pela rede por meio da campanha de mobilização Sai da fossa, Manaus! (ainda em tramitação no momento).

Figura 5 - Descrição do problema público trabalhado na campanha Sai da fossa, Manaus!



Fonte: [saidafossa.minhamanaus.org.br](http://saidafossa.minhamanaus.org.br)<sup>47</sup>.

Ademais, descobrimos que existe também outra estratégia que a Rede Nossas utiliza para garantir a maior adesão do público nas suas campanhas, e essa relaciona-se com cadência de abertura de novas campanhas na sua plataforma digital. Eles afirmaram, no questionário, que preferem concentrar seus esforços em uma ação por vez, tendo em vista que assim eles conseguem ter mais controle sobre a adesão do público, assim como também têm mais facilidade para segmentar a “base de ativistas” – local em que ocorrem as divulgações das campanhas – por assuntos de interesse para facilitar as campanhas futuras.

<sup>47</sup> REDE NOSSAS. Minha Manaus, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.saidafossa.minhamanaus.org.br/>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.



#### 4.2.5 Sustentabilidade institucional

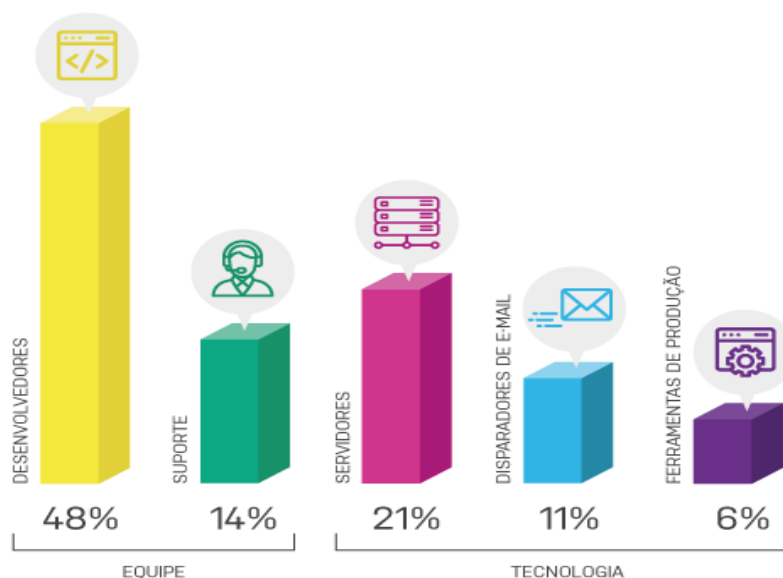
Para realizar todas essas campanhas e ainda garantir a qualidade da entrega que é feita para a sociedade, a Rede Nossas conta com o apoio de três fontes de arrecadação, tais como macrofinanciamento de fundações filantrópicas, que gostam de abraçar colaborar com causas sociais como as promovidas pela Inovação Democrática Digital em questão. Dentre elas, estão as organizações Open Society Foundations, Luminate, OAK Foundation, Skoll Foundation, Fund, Tinker Foundation, Sigrid Rausing Trust, SVRI, Instituto AVON, ICS, Tides, e Malala Fund.<sup>48</sup>

Além desses financiadores, a rede também conta com microfinanciamento, que deriva do uso colateral do instrumento tecnológico, o Bonde, em que, a partir da contratação dos serviços dessa plataforma, os contratantes já estão ajudando financeiramente o Nossas. Somente para manter a tecnologia em questão funcionando, custa cerca de R\$ 700.000,00 por ano para a Rede Nossas e, arrecadando os valores mensais de cada pacote contratado, ela consegue direcionar cerca de 65% desse recurso para custear as suas despesas, restando 35% das despesas totais para a instituição pagar com as demais formas de arrecadação de fundos que ela possui, conforme indica o gráfico abaixo.

---

<sup>48</sup> REDE NOSSAS. Rede Nossas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://nossas.org/about>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

Figura 6 - Custos institucionais da Rede Nossas



Fonte: <https://www.bonde.org/><sup>49</sup>.

Por fim, a Rede Nossas também pode contar com centenas de pessoas que realizam doações mensais para ajudar a iniciativa. Então, qualquer pessoa que se sentir motivada a ajudar a Rede a arcar com seus custos operacionais e organizacionais pode entrar na sua plataforma digital e informar seus dados pessoais e quanto está disposto a doar. Dessa forma, a Rede Nossas garante a sua sustentabilidade financeira de forma a seguir em conformidade com a sua natureza de instituição sem fins lucrativos.

### 4.3 Metodologia analítica adotada

Tendo em vista toda a contextualização que foi apresentada até o momento, chegamos na parte em que iniciaremos a análise dos dados referentes aos 2 instrumentos tecnológicos escolhidos para serem estudados nessa pesquisa, no intuito de descobrirmos qual o real valor entregue para a questão da promoção da democracia brasileira através do ciberativismo desenvolvido por essa Inovação Democrática Digital. Definido os objetos de estudo, agora precisamos enfatizar qual a metodologia analítica

<sup>49</sup> REDE NOSSA. Bonde, [s.d.]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.bonde.org/>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

a ser utilizada para conseguir levantar as informações necessárias e, para isso, além de contarmos com a descrição do objeto de pesquisa também serão utilizados alguns critérios de análise que facilitarão a compreensão sobre o quadro estudado, critérios esses que foram elaborados por Freitas *et al.* (2020). Com esses critérios de análise, será possível entender, de maneira interligada, como funciona cada especificidade dos artefatos tecnológicos e quais são seus principais resultados que impactam o cenário da participação cidadã em questões democráticas e de defesa de direitos.

#### **4.3.1 Análise dos artefatos tecnológicos**

Observou-se que, desde o início da Rede Nossas, ou seja, desde 2011, a equipe operacional da iniciativa esteve preocupada em criar ferramentas tecnológicas inovadoras que fossem de fácil acesso e de manuseio intuitivo, de modo a tornar a experiência dos cidadãos, nas suas campanhas de mobilização, a mais desburocratizada e eficiente possível. Tendo isso como base, encontramos o Painel de Pressão – tecnologia *mobile*, vulgo aplicativo móvel, que servia tanto para qualquer cidadão motivado abrir sua própria campanha como também servia para levantar a participação dele em campanhas abertas por outras figuras – e o Bonde, plataforma virtual criada para substituir o Painel de Pressão.

Em se tratando sobre a operacionalização das campanhas no Painel de Pressão, pode-se dizer que ela funcionava como um aplicativo gratuito que permitia ao cidadão contato direto com seus representantes políticos, de modo a ficar estabelecida uma estratégia bem clara de exatidão no que toca ao direcionamento das pressões geradas a partir de cada campanha. Importante salientar também que o Painel de Pressão não foi criado meramente como instrumento de aplicação de petições, visto que suas funções vão além de preenchimentos de formulários etc. Para explicar melhor quais são as funções do Painel de Pressão, vamos imaginar uma agenda eletrônica, em que consta todos os canais de comunicação dos representantes políticos locais, bem como contas do Twitter, Facebook, *e-mail* e telefone e, contando com o apoio desse compilado de informações, as pessoas interessadas em defender causas político-ativista conseguem lutar por seus direitos de forma mais assertiva e menos burocrática.

Abre-se um parêntese para explicar como as mobilizações surgiam dentro da ID. Por meio tanto do app como do *site* do Painel de Pressão – que funcionava como um painel de gerenciamento e como um caminho alternativo para inserção de novas campanhas –, a Rede conseguiu abrir um espaço simplificado direcionado àquelas pessoas que queriam criar as próprias mobilizações. Nesse campo, elas descreviam suas causas, falavam de qual cidade a causa era oriunda, assim como apresentavam seus alvos, o texto da mensagem padrão que desejavam disparar para esses alvos e o canal ao qual desejavam utilizar para disparar tal mensagem (*e-mail*, Facebook, Twitter ou telefone). Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é que, ao efetuar tal cadastro, a pessoa interessada passava a compor o quadro de Mobilizadores da Rede Meu Rio.

Outro adendo importante a ser feito sobre a possibilidade de qualquer pessoa poder abrir as causas que julgarem necessárias no app ou no *site* é que, mesmo depois de criadas e divulgadas (automaticamente na plataforma), as mobilizações estavam sujeitas à análise da equipe do Nossas. Isso poderia resultar em alta aderência, com possibilidade até de disponibilização de apoio técnico das equipes das Redes Meu Rio ou Minha Sampa, ou em denúncia e exclusão dela, isso provavelmente suscitado pela falta de conciliação da causa com as políticas da IDD – lembrando que todas as iniciativas da Rede Nossas não incitam ódio, não fazem campanha partidária, não defendem direitos privados e não possuem caráter propositivo.

Na plataforma virtual, eram apresentadas todas as mobilizações abertas através do Painel de Pressão e como essas campanhas apresentavam diversas temáticas elas acabaram sendo organizadas a partir delas, sendo as categorias de temas separada em: Ciência e Tecnologia, Crianças e Adolescentes, Cultura, Defesa do Consumidor, Direitos Humanos, Educação, Eleições, Esportes e Lazer, Indústria, Comércio e Emprego, entre outros. Ao todo, chegaram a ser 651 as campanhas de mobilização que foram abertas por meio da ferramenta.

Quanto ao Bonde, pode-se dizer que este funciona para dar o apoio tecnológico que muitas campanhas de origem simples necessitam. Além disso, ele possui variadas facetas que conseguem atender às especificidades de campanhas diversas. Para adquirir tal ferramenta, as pessoas interessadas podem consultar os diferentes pacotes que constam na própria plataforma digital da Rede Nossas, esses variam desde

contratação da tecnologia para desempenhar apenas uma das funcionalidades acima mencionadas até o pacote completo, que engloba todas as especificidades que a tecnologia Bonde consegue fornecer. Os preços se diferenciam em relação à complexidade/individualidade do serviço a ser desempenhado, por exemplo, para arrecadação de doações – financiamentos coletivos – a rede cobra cerca de 13% do valor total arrecadado por cada projeto. Enquanto isso, a aplicação de formulários – petições –, por ser mais simples, tem uma taxa de R\$ 600,00/mês, as demais têm uma taxa de R\$ 1.100,00/mês e o pacote completo – que engloba todas as funcionalidades – tem uma taxa de R\$ 1.500,00/mês.

Vale frisar que foi possível descobrir, por meio da aplicação do questionário anteriormente citado, que existe uma exceção onde a Rede Nossas não cobra a utilização do artefato tecnológico para aquelas organizações que necessitam de alguma funcionalidade do Bonde, mas não possuem fundos financeiros suficientes para arcar com custos desta. Tal exceção é denominada pela Rede como *grant*, ou seja, a rede consegue subsidiar essas instituições com escassez de recurso, de modo a permitir que essas utilizem sua tecnologia ao comprovarem que as campanhas de mobilização que serão abertas por elas resultaram em algum benefício público.

### **4.3.2 Dimensões da análise**

#### **4.3.2.1 Análise tecnopolítica das inovações democráticas**

De acordo com o modelo de avaliação proposto por Freitas *et al.* (2020), identificamos os principais

[...] tipos de colaboração desenvolvidos para a apreensão de inteligência coletiva (data pooling, colaboração ou co-design), bem como os recursos tecnológico-informacionais e de inteligência artificial mobilizados para o desenvolvimento de estratégias e repertórios de ação. Especial atenção é dada às características planejadas e estruturadas para gerar continuidade, estabilidade e legitimidade à inovação. Busca-se identificar, para tanto, as estratégias desenvolvidas para estimular e garantir sua sustentabilidade, o nível de reconhecimento da inovação – dado por possíveis premiações e outras formas de reconhecimento da sua importância e papel para o fortalecimento da democracia –, bem como o seu tempo de existência e número de participantes envolvidos desde a sua criação (FREITAS *et al.* p.11, 2020).

Em relação a isso e considerando tudo o que foi falado até agora sobre as tecnologias desenvolvidas pela Rede Nossas que foram escolhidas para aprofundar a análise sobre a instituição, devemos começar a explorar as principais formas utilizadas tanto pelo Painel de Pressão como pelo Bonde para gerenciar a inteligência coletiva mencionada por Lévy (2007). Para tanto, iniciaremos a análise trazendo algumas características que as campanhas abertas por meio do Painel de Pressão apresentam.

Ao filtrar as mobilizações vencedoras é possível perceber que era disponibilizado um espaço onde as pessoas podiam expor seus pensamentos sobre a causa, através de comentários feitos com suas respectivas contas do Facebook. Com isso, torna-se notório que os tipos de comentários que essas pessoas compartilhavam nas divulgações das campanhas era realmente um compartilhamento de conhecimentos e experiências relacionados à pauta da mobilização, em que uma pessoa leiga sobre o assunto conseguiria assimilar todo o contexto apresentado, considerando toda a problemática e, por fim, ainda poderia sentir-se motivada a participar da campanha pressionando os representantes públicos apresentados no escopo da mobilização.

Esse modelo de interação entre indivíduos diversos, que se encontram inseridos em um mesmo contexto, enxergando os principais problemas destes e com vontade de participar de um movimento para transformar uma realidade, exemplifica bem o tópico de como as “relações entre os seres humanos produzem, transformam e administram constantemente os espaços heterogêneos e entrelaçados” (Lévy, 2007, p. 125). Agindo dessa forma, os entusiastas que participaram de campanhas promovidas pelo Painel de Pressão garantiram não só o engajamento da pauta na internet, como também criaram um espaço de debate, onde era possível encontrar diversos pontos de vista sobre a mesma questão, possibilitando assim a formação de uma inteligência coletiva colaborativa.

Tendo por base os pontos levantados, torna-se válido apresentar um quadro com uma pequena amostra quantitativa para fortalecer a ideia de que quanto mais as pessoas debatiam e compartilhavam experiências nas campanhas do Painel de Pressão, maior era o resultado alcançado por esta.

Tabela 2 - Interações nas campanhas

CAMPANHAS	QTD. DE PRESSÕES FEITAS	QTD. DE COMENTÁRIOS (INTERAÇÕES)
Deputado Picciane, NÃO deixe passar a lei que multa quem fizer piadas envolvendo religião	6.350	157
Pelo fim da cobrança de ICMS na geração de energia solar!	4.113	170
SOS Rua Estados Unidos	4.066	105
Vereadores, não alterem a Lei do Artista de Rua!	1.490	36

Fonte: elaboração própria. Dados levantados utilizando a antiga plataforma do Painel de Pressão<sup>50</sup>.

Cabe enfatizar que, durante o funcionamento do Painel de Pressão, a utilização das redes sociais – Twitter, Facebook – foi fundamental tanto para serem utilizados canais alternativos para pressionar os representantes públicos vinculados às campanhas como para aumentar o alcance de divulgação de cada campanha. Uma vez que, utilizando esses meios, a probabilidade dessas campanhas chegarem aos olhos de entusiastas em diferentes localidades era bem maior, dada a facilidade de compartilhamento de informações.

Outro ponto que é interessante a ser apresentado sobre o Painel de Pressão, dentro dessa categoria da primeira dimensão do modelo de análise utilizado, é a questão da disponibilização de atualizações sobre as mobilizações da iniciativa durante as suas tramitações. As divulgações das atualizações ficavam sob responsabilidade das figuras que o pessoal da Rede Nossas costumava chamar de “cozinheiros das mobilizações”, vulgo as pessoas responsáveis por inscrever a campanha na plataforma e gerenciá-la. A equipe técnica da Rede Nossas fez com que a estrutura montada para apresentar tais novidades para os entusiastas, que estavam fazendo parte dos movimentos, funcionasse de maneira intuitiva e organizada. No instante em que se criava um *card* para divulgação das campanhas, nesses mesmos *cards* eram disponibilizados campos para os “cozinheiros das mobilizações” postarem novidades

<sup>50</sup> REDE NOSSAS. Painel de Pressão, [s.d]. Página secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

sobre a tramitação, assim como também eram apresentadas algumas respostas dos “pressionados” sobre a demanda pública disparada para suas redes de comunicação inúmeras vezes, no intuito de resolverem a questão.

Figura 7 - Exemplo de estrutura das campanhas na plataforma virtual



Fonte: <http://paneladepressao.nossascidades.org/><sup>51</sup>.

Esse modelo de estruturação é bastante importante para sustentar campanhas de ciberativismo, visto que esta é uma forma de garantir transparência, introduzindo um pouco a ideia apresentada por Cepik e Canabarro (2010), ao longo do processo para todos os atores envolvidos, de modo a tornar cada indivíduo mais envolvido com a causa.

Terminada a análise do Painel de Pressão, agora iremos analisar o quadro do artefato tecnológico, o Bonde, que desde 2018 vem atuando de forma multifacetada ao disponibilizar mais de um tipo de serviço tecnológico para campanhas de ciberativismo país afora. Pode-se dizer que dentre os 4 tipos de ferramentas – arrecadação de doação, aplicação de formulário, pressão e de rede de solidariedade – disponibilizadas pelo Bonde, os três últimos são os que mais tornam possível a criação de um espaço

<sup>51</sup> NOSSAS CIDADES. Painel de Pressão, [s.d]. Página Secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.



de compartilhamento de pontos de vistas e experiências, acarretando, assim, a formulação daquilo que Lévy (2007) denomina por inteligência coletiva.

Desse modo, foram selecionadas 4 iniciativas mobilizadoras, realizadas por meio do Bonde para analisar como a afirmação feita no trecho acima realmente aconteceu. Dentre as iniciativas escolhidas estão “Violência não tem hora!”, “Saldão da Amazônia”, “Pelo fim dos canudos de plástico em São Paulo” e Programa de Mobilizadores”, pode-se dizer que ambas utilizaram a vertente do Bonde voltada para o preenchimento de formulário e disparo de *e-mails* de pressão.

Dito isso, vale a pena aprofundar um pouco no que as campanhas “Violência não tem hora”, “Saldão da Amazônia” e “Pelo fim dos canudos de plástico em São Paulo” realizaram. Sobre a “Violência não tem hora”, pode-se dizer que ela funcionou com uma campanha de pressão, que tinha por objetivo pressionar o Prefeito de São Paulo, João Doria, de modo a fazer com que ele cumprisse com uma de suas promessas de campanha, que era implementar Delegacias da Mulher no âmbito da cidade. A campanha Saldão da Amazônia, que também tinha como natureza o pressionamento de representantes políticos para impedir que Projetos de Lei (PL), que tentavam disfarçar as atividades de grileiros – PL 2.633/2020<sup>52</sup> e PL 4.348/2019<sup>53</sup> –, que estavam tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado – PL 510/2021<sup>54</sup> – fossem

---

<sup>52</sup> BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 2.633, 14 de maio de 2020. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020). Acesso em: 29 de setembro de 2021.

<sup>53</sup> BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 4.348, 08 de agosto de 2019. Altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, no seu Art. 40-A. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1786617&filename=PL+4348/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1786617&filename=PL+4348/2019). Acesso em: 29 de setembro de 2021.

<sup>54</sup> BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 510, 22 de fevereiro de 2021. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8928000&ts=1633463234342&disposition=inline>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

aprovadas, permitindo a eles o direito garantido de usufruir dessas terras como grandes fazendeiros.

Para finalizar a apresentação dessas 3 primeiras campanhas do Bonde, cabe citar a campanha relevante para o quadro da Rede Nossas, a “Pelo Fim dos canudos de Plástico em São Paulo”, motivada por questões ambientais. Ela serviu para pressionar os representantes políticos de São Paulo a aprovarem um PL que proibisse o uso de canudos de plásticos no estado, com o intuito de salvar a vida marítima paulista de danos. Dessa forma, ao praticarem atos de pressão com essas iniciativas, as pessoas envolvidas usufruíam da força que a inteligência coletiva, mobilizada para lutar por cada uma dessas pautas, possui para exercer o seu papel democrático, visto que suas atuações foram realizadas para contestar ações, ou a ausência delas, de seus representantes públicos.

Apresentada as duas primeiras selecionadas, agora temos que tratar sobre o Programa de Mobilizadores, que, desde 2019, funciona basicamente como uma rede voluntária, que reúne pessoas de várias partes do país no intuito de treiná-las e apoiá-las para que elas sejam capazes de criar as próprias campanhas ciberativistas nas suas localidades. O Programa funciona com a abertura de turmas de treinamento ao longo dos anos e, à medida em que as turmas têm suas formações concluídas, os alunos destas passam a compor o quadro da Rede de Mobilizadores da Rede Nossas. A formação dessa cadeia de ativistas retoma a ideia da Teoria do Ator-Rede, de Latour (2012), uma vez que essas pessoas, reunidas, representam a formação de uma teia, que gera impactos efetivos no meio em que habitam.

A utilização das tecnologias do Bonde nesse quadro varia, posto que, para cadastramento no Programa de Mobilizadores, os participantes utilizam a funcionalidade dos formulários, mas mediante a conclusão das formações de mobilizadores cada pessoa pode selecionar a funcionalidade que melhor atende a demanda pública da sua região, mas a mais utilizada, segundo dados disponíveis na plataforma virtual do Programa<sup>55</sup> é a funcionalidade pressão. Por exemplo, dentre as campanhas de mobilização que foram geradas a partir do Programa de Mobilizadores, está a “B.O. on-line para elas, Zema”, em que foi aplicada a funcionalidade de disparo

---

<sup>55</sup> REDE NOSSAS. Programa de Mobilizadores, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.mobilizadores.nossas.org/>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

de *e-mails* de pressão, com o objetivo de pressionar o Governador de Minas Gerais a executar o Boletim de Ocorrência *on-line*<sup>56</sup> para mulheres.

E é por meio do surgimento gradual de campanhas como essas que o Bonde vem garantindo a sua sustentabilidade de 2018 até o momento, visto que a disponibilização de suas funcionalidades tecnológicas de fato agrega um valor considerável a essas iniciativas.

#### 4.3.2.2 Inovações Democráticas e seus efeitos diretos

Foi usado na pesquisa, também, o critério de análise de Freitas *et al.* (2020), que destaca as implicações diretas – ou resultados efetivos – da IDD. Ou seja, será explicado os resultados obtidos por meio de cada campanha de mobilização selecionada para compor o grupo de amostragens do Painel de Pressão e do Bonde.

Posto isso, iniciaremos esta análise sobre os resultados diretos, que foram gerados por meio das campanhas do Painel de Pressão: “Deputado Picciane, NÃO deixe passar a lei que multa quem fizer piadas envolvendo religião”, “Pelo fim da cobrança de ICMS na geração da energia solar!”, “SOS Rua Estados Unidos” e “Vereadores, não alterem a Lei do Artista! de Rua”. Sobre a primeira campanha, conseguimos obter a informação de que a pauta levantada referente à necessidade de arquivamento do PL n. 540/2015<sup>57</sup>, criado por um deputado estadual evangélico – segundo o “cozinheiro da mobilização”, esse instrumento legal foi elaborado com enviesamento religioso, o que não poderia ser aceito em um Estado laico –, que proibia qualquer produção artística que satirizavam assuntos relacionados a religião, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, podendo os artista serem multados em até R\$ 270 mil. A campanha de mobilização, que efetuou 6.350 pressões aos representantes políticos e principalmente o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Jorge Picciane, resultou no recebimento de parecer contrário de todas as comissões da Alerj que ocasionou o arquivamento do instrumento legal, atendendo à demanda da população do Rio de Janeiro.

<sup>56</sup> BONDE. B.O. Online para elas, Zema, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.boonlineparaelas.bonde.org/>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

<sup>57</sup> RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei n. 540, 17 de junho de 2015. Disciplina, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro Manifestações sociais, culturais e/ou de gênero e dá providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/f8e4b47af326bb2283257e66004a627b?OpenDocument>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

A segunda campanha do Painel de Pressão a ter seus resultados explorados é a “Pelo fim da cobrança de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na geração de energia solar!<sup>58</sup>”, ela tinha por objetivo pressionar a tomada de decisão do Secretário Júlio Bueno, do Rio de Janeiro, sobre a liberação da taxa de ICMS para a geração de energia solar, que em estados como Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais já havia sido acatada por seus respectivos representantes públicos. Mediante ação promovida pela Rede Nossas, os Deputados Estaduais derrubaram o veto do Governador da época, Luiz Fernando Pezão, e promulgaram a Lei 7.122/2015<sup>59</sup>, que isenta a cobrança de ICMS para o quadro em questão.

A terceira campanha é a “SOS Rua Estados Unidos”<sup>60</sup>, que contestava um PL elaborado pela Prefeitura de São Paulo, em que era planejado realizar o zoneamento das áreas residenciais da cidade. A pauta defendida pelos participantes da campanha era a de que com o zoneamento a R. Estados Unidos acabaria perdendo toda a sua arborização, prejudicando a qualidade de vida dos moradores da região. A pressão dos ciberativistas foi direcionada aos 55 vereadores da cidade, que estavam prestes a votar para aprovação ou não do PL 272/2015<sup>61</sup>, tal documento foi aprovado, mas com revisão do seu texto, contendo partes discutidas pelos participantes da campanha em audiências e oficinas públicas, em que 90% do que foi pautado por esses foi acatado e redigido no escopo da então Lei 16.402/2016<sup>62</sup>. Dessa forma, os participantes e os

---

<sup>58</sup> REDE NOSSAS. Painel de Pressão, [s.d]. Página secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

<sup>59</sup> RIO DE JANEIRO. Lei 7.122, de 03 de dezembro de 2015. Institui a política de uso estadual de uso de energia solar. Diário Oficial do Estado, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/b0db12f948a8ab6483257f170054227d?OpenDocument#:~:text=INSTITUI%20A%20POL%C3%8DTICA%20ESTADUAL%20D E%20INCENTIVO%20AO%20USO%20DA%20ENERGIA%20SOLAR>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

<sup>60</sup> REDE NOSSAS. Painel de Pressão, [s.d]. Página secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

<sup>61</sup> SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei n. 272, 09 de fevereiro de 2015. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/2015-06-01-LPUOS-PL272.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

<sup>62</sup> SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016: Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 23 de março de 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

organizadores da campanha a têm por vitoriosa, visto que os pontos levantados foram considerados e descritos em lei.

Por último, do quadro das campanhas do Painel de Pressão, há a mobilização “Vereadores, não alterem a Lei do Artista de Rua!”<sup>63</sup>, que pressionou a responsável pela criação de uma emenda à Lei 5.429/2012<sup>64</sup>, mais conhecida como Lei do Artista de Rua, de modo a fazer com que essa desistisse de pautar a alteração no escopo da lei que restringiria o livre acesso dos artistas de rua às áreas públicas do Rio de Janeiro. Depois de 1.490 pressões nas redes sociais da Deputada, ela decidiu encerrar o debate sobre sua emenda, configurando mais uma vitória para os entusiastas da Rede Nossas.

Quanto às iniciativas apresentadas no tópico anterior, que foram geridas pelo artefato tecnológico Bonde, foram encontrados os seguintes resultados diretos: a campanha de mobilização “Violência não tem hora!”<sup>65</sup>, depois de enviar cerca de 20 mil *e-mails* para a caixa de entrada de João Doria, Prefeito de São Paulo, e distribuir centenas de adesivos no carnaval de 2019, solicitando o cumprimento da promessa do referido Prefeito de implementação de Delegacias da Mulher com atendimento 24h, a campanha venceu sua causa. Por meio dela, em menos de 2 meses, após as cobranças realizadas pelos ativistas da Rede Nossas, o Prefeito havia inaugurado dez Delegacias de atendimento 24h.

Sobre a campanha “Saldão da Amazônia!”<sup>66</sup>, que luta para barrar Projetos de Lei tendenciosos que buscam conceder direitos para regularização de terras de “grileiros”, descobriu-se que dos dois PLs que estavam tramitando com essa pauta na Câmara dos Deputados – PL 4.348/2019 e PL 2.633/2020 – e do PL que estava tramitando no Senado – PL 510/2021 –, um deles acabou tendo seu texto originário, Medida Provisória

---

<sup>63</sup> REDE NOSSAS. Painel de Pressão, [s.d]. Página secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

<sup>64</sup> RIO DE JANEIRO (Município). Lei 5.429 de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a apresentação de Artistas de Rua nos logradouros públicos do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2012. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/67120c4c1ae54a6603257a14006d2b1d?OpenDocument>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

<sup>65</sup> MINHA SAMPA. Violência não tem hora, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.violenciaaotemhora.minhasampa.org.br/>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

<sup>66</sup> BONDE. Saldão da Amazônia, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.saldaodaamazonia.org.br/>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

– MP 910/2019<sup>67</sup> –, que resultou no PL 2.633/2020, e segundo Chagas (2020)<sup>68</sup> acabou perdendo sua validade após não ter sido pautada na Câmara dos Deputados devido à polêmica que seu escopo causou frente à sociedade e, conseqüentemente, também devido à pressão gerada sob os Deputados por meio dessa campanha de mobilização.

Tendo em vista que o Programa de Mobilizadores é uma iniciativa que resultou em algumas outras campanhas, dentre essas os resultados diretos encontrados sobre uma mobilização específica, a “B.O. online para elas, Zema!”<sup>69</sup> e tornaram-se válidos para serem apresentados aqui. Foi por meio dela que foi dada a publicação da Lei 23.644/2020<sup>70</sup>, que disponibilizou o registro de Boletim de Ocorrência e de preenchimento *on-line* para as mulheres que estavam sofrendo violência doméstica no Estado de Minas Gerais. Isso tudo é devido a mais de 50 dias de mobilização, em que foram enviados *e-mails* para a caixa de entrada do Governador Romeu Zema Neto, expondo a demanda pública, bem como pressionando-o para que ela fosse atendida.

Apresentado um exemplo das campanhas que foram abertas a partir do Programa dos Mobilizadores, cabe ressaltar que o seu formato de funcionamento – por edição – possibilitou a captação de diferentes números de pessoas no decorrer dos anos de 2019 e 2020, que valem a pena serem apresentados aqui como um resultado significativo da iniciativa. Para isso, foi elaborada a tabela abaixo.

---

<sup>67</sup> BRASIL. Medida Provisória n. 910, de 10 de dezembro de 2019. Altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, administração pública, e a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140116>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

<sup>68</sup> CHAGAS, Elisa. MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei. Senado Notícias, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

<sup>69</sup> REDE NOSSAS. B.O. online para elas, Zema!, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.boonlineparaelas.bonde.org/>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

<sup>70</sup> MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 23.644, de 22 de maio de 2020. Dispõe sobre o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais. Minas Gerais, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=395902>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

Tabela 3 - Edições do Programa de Mobilizadores

TURMAS	EDIÇÃO	PERÍODO	QTD. DE PARTICIPANTES
1	Nacional	Maio a junho de 2019	15
2	Nacional	Agosto a novembro de 2019	15
3	Enfrentamento de covid-19	Abril a maio de 2020	46
4	Juventude da região Amazônica	Julho a setembro de 2020	32
5	Justiça Ambiental	Outubro a novembro de 2020	38
6	Programa de Jovens Mobilizadores	Novembro a dezembro de 2020	65
7	Juventude da região Amazônica	Dezembro de 2020	30
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>			<b>241</b>

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados da plataforma virtual do Programa.<sup>71</sup>.

Agora, temos que falar sobre a campanha “Pelo Fim dos Canudos de Plástico”<sup>72</sup> em São Paulo, que passou a ser o primeiro estado brasileiro a banir a produção e uso de canudos de plástico nos estabelecimentos comerciais. Esse marco só se tornou uma realidade após cerca de 10 meses de campanha que ocasionaram mais de 15 mil *e-mails* de pressão enviados aos representantes políticos, com o intuito de gerarem a aprovação do PL 99/2018<sup>73</sup>. O documento legal em questão foi aprovado em 1º turno por 41 votos a 2, e em abril de 2019 o PL recebe outra aprovação em segunda votação, isso conforme dados informados na plataforma digital da Minha Sampa<sup>74</sup>, e em seguida

<sup>71</sup> REDE NOSSAS. Programa dos Mobilizadores, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.mobilizadores.nossas.org/> . Acesso 10 de outubro de 2021.

<sup>72</sup> MINHA SAMPA. Pelo fim dos canudos de plástico, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.spsemcanudo.minhasampa.org.br/> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.

<sup>73</sup> SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei n. 099, de 03 de maio de 2018. Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial de São Paulo, 04 de maio de 2018. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0099-2018.pdf> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.

<sup>74</sup>MINHA SAMPA. São Paulo sem canudos, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.spsemcanudo.minhasampa.org.br/> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.

é oficializada através da Lei n. 17.123/2019<sup>75</sup>.

Por fim, com todos os resultados que foram possíveis de serem levantados por meio desta pesquisa, também seria interessante, a partir de agora, expor a quantidade de campanhas vitoriosas em sua totalidade, para os dois artefatos tecnológicos estudados. No entanto, em conversa com o pessoal da Rede Nossas, ficou claro que devido à transição do Painel de Pressão para a ferramenta o Bonde, o número real de vitórias do Painel de Pressão desde a abertura, em 2011, até o encerramento, em 2018, em decorrência das operações dessa tecnologia, não foi documentado. Contudo, com a informação disponibilizada na plataforma desse artefato, dá para ter uma noção do impacto que essas mobilizações geraram na sociedade, visto que 98 delas foram vitoriosas e conseguiram atingir seus objetivos. Em relação às campanhas do Bonde, foi recebida a informação da equipe da Rede Nossas de que das 253 campanhas de mobilização abertas a partir deste artefato tecnológico 159 foram vitoriosas, representando uma taxa de efetividade superior a 60% dentre as demais campanhas.

---

<sup>75</sup> SÃO PAULO (Município). Lei n. 17.123, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial de São Paulo, 26 de junho de 2019. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20190626&Caderno=DOC&NumeroPagina=1>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a explanação analítica sobre o quadro dos artefatos tecnológicos – Panela de Pressão e o Bonde – disponibilizados pela Rede Nossas à sociedade, tornou-se factível conhecer como tal Inovação Democrática Digital funciona na prática. Por isso, fez-se necessária a apresentação descritiva de quais seriam esses artefatos tecnológicos e como eles funcionavam ou funcionam. Por meio desta descrição foi possível conhecer em quais contextos cada artefato funcionou ou funciona, quais eram suas particularidades e quais eram suas principais entregas de valor à sociedade brasileira.

Para conseguir extrair o máximo de informações relevantes para esta pesquisa, foram utilizadas a metodologia analítica desenvolvida por Freitas *et al.* (2020) e, também, uma pequena amostragem referente a algumas campanhas de mobilização que foram criadas a partir do Panela de Pressão e do Bonde. Por meio da seleção dessa pequena amostragem e a aplicação da metodologia analítica supracitada, tornou-se possível conhecer quais eram as principais características e os resultados diretos adquiridos a partir das campanhas selecionadas para compor a amostra.

Dessa forma, os dados que foram apresentados no tópico anterior nos proporcionaram uma noção mais aprofundada sobre a relevância que a Rede Nossas tem na sociedade. Todas as campanhas que compuseram a amostra resultaram nas demandas públicas, apresentadas pelos cidadãos comuns, sendo total ou parcialmente acatadas, em forma de instrumentos legais que fortalecem e oficializam o impacto positivo que a rede consegue gerar no Brasil.

Nesta pesquisa, foi possível perceber como o ciberativismo é um movimento que pode ampliar a voz do cidadão comum, nos momentos em que cabe – mesmo sem o apoio dos representantes públicos – a participação social nas tomadas de decisão públicas. Dessa maneira, torna-se essencial para os cidadãos a possibilidade de poder contar com o suporte de iniciativas como a Rede Nossas, que tenham o cunho de Inovação Democrática Digital e que, conseqüentemente, prezam pelo envolvimento da sociedade nas questões públicas.

Além disso, ainda pode ser evidenciada a questão da capilaridade que cada campanha consegue atingir, pois, ao considerar os números que foram expostos cada campanha de mobilização, chegava a resultar em mais de 1 mil disparos de *e-mails* de

pressão. Isso representa um número considerável de pessoas engajadas, sendo essas de origens diversas ao longo do território brasileiro, que passaram a ter conhecimento sobre as mobilizações devido à divulgação na internet – caminho utilizado de forma eficiente pela Rede Nossas.

A Inovação Democrática Digital em questão mostrou-se também bem articulada em relação a todas as suas causas, tendo em vista que no seu portfólio existem campanhas das mais diferentes naturezas, o que nos remete ao modo como esse tipo de organização pode resultar na integração de atores diversos em um espaço. Essa integração faz com que a ocorrência da formação de uma inteligência coletiva seja inevitável, ao passo em que os próprios envolvidos muitas vezes não notam a presença dela em seus relacionamentos ao longo das campanhas.

Os resultados diretos levantados aqui também conseguem mostrar a proporção que cada ação gerida pela Rede Nossas consegue ter, algumas vezes em âmbito regional e outras em âmbito nacional. Tudo isso ocorre graças à cibercultura, que acaba sendo nutrida nas ações desenvolvidas pela rede na internet, sejam elas por meio do Painel de Pressão, do Bonde, sejam por meio de qualquer outra ferramenta tecnológica utilizada para administrar as campanhas.

Em suma, ao considerar o que foi apresentado neste tópico, pode-se finalizar este estudo considerando que a Rede Nossas é uma iniciativa importante no que tange às inovações democráticas voltadas ao ciberativismo. Contudo, também nos sugere que iniciativas como essa precisam ser replicadas com mais assiduidade, de modo a tornar a participação social, por meio do ciberativismo, ainda mais recorrente no dia a dia das dezenas de milhares de pessoas que utilizam a internet diariamente.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa não esgota todo o tema, uma vez que, em conformidade com aquilo que foi apresentado aqui, a Rede Nossas possui várias vertentes, que valem a produção de estudos sobre cada uma delas.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, S. F. M. A interação social e o desenvolvimento humano. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, Ribeirão Preto, vol. 1, n. 3, 1993.

AVRITZER, L. **Democracy and the public space in Latin América**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

BEMBEM, H. C. A. and SANTOS, L. V. C. P. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasil, vol. 18, n. 4, p. 139-151, 2013.

BEN, J. Comunidade e sociedade: diferentes formas de convívio. **Curso Enem Gratuito**. 2018. Disponível em: <https://cursoenemgratuito.com.br/convivio-social-sociologia-enem/> . Acesso em: 05 de agosto de 2021.

BISPO JÚNIOR, J. P. and GERSCHMAN, S. Legitimidade da representação em instâncias de participação social: o caso do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, pp. 1883-193, 2015.

BOBBIO, N. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONDE. B.O. Online para elas, Zema, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.boonlineparaelas.bonde.org/>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

BONDE. Saldão da Amazônia, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.saldaodaamazonia.org.br/> . Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASÍLIA. Proposta de Emenda à Constituição n. 29, de 19 de março de 2015. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035&ts=1630409111115&disposition=inline> . Acesso em: 16 de outubro de 2021.

BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 2.633, 14 de maio de 2020. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes

em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020). Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 4.348, 08 de agosto de 2019. Altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, no seu Art. 40-A. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1786617&filename=PL+4348/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1786617&filename=PL+4348/2019). Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BRASÍLIA. Projeto de Lei n. 510, 22 de fevereiro de 2021. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8928000&ts=1633463234342&disposition=inline> . Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BRASIL. Medida Provisória n. 910, de 10 de dezembro de 2019. Altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, administração pública, e a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140116>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede** – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2009. Prólogo: A Rede e o Ser.

CEPIK, M. e CANABARRO, R. D. **Governança de TI**: Transformando a Administração Pública no Brasil. 1ª edição. Porto Alegre: WS Editor, 2010.

CHAGAS, Elisa. MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei. Senado Notícias, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

FAVERO, J. S. **Aceleração de projetos na curva de tempo-custos: Uma implementação computacional**. Tese (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 11. 1989.

FERLA, G. B. & ANDRADE, R. B. A transição do Feudalismo para o Capitalismo. **Synergismus scyentifica UTFPR**, Pato Branco, 02 (1, 2, 3, 4), 2007.

FONSECA, M. M. S.; SILVA, P. A.; FILHO, T. A. G. J. **O impacto do ciberativismo no Processo de Empoderamento: O uso de redes sociais e o exercício da cidadania**. Recife: Editora Unijui, 2017.

FONSECA, S.; FILHO, J.; SILVA, A. **Ciberativismo e o desenvolvimento sustentável**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

FREITAS, C. S; SAMPAIO, R.; AVELINO, D. **Modelo de Avaliação das Inovações Democráticas Digitais**. In: **Congreso Internacional en Gobierno**, Administración y Políticas Públicas - GIGAPP XI, 2020, online.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

HINE, C. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. Introduction: understanding public policy through its instruments. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.

LATOUR, B. (2005). **Reagregando o Social: uma Introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012. Introdução e Parte I.

LÉVY, P. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **Inteligência coletiva**: para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.

MAGALHÃES, L.R. de. Relações Interpessoais no Cotidiano e Aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, 2001.

MARCONI, M., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MEU RIO. Amarildos e Priscilas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.amarildosepriscilas.meurio.org.br/>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.  
MEDEIROS. M. A. **Ciberdemocracia: Democracia Eletrônica, virtual ou digital**. Sabedoria Política, 2013. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/> . Acesso em: 24 de outubro de 2021.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 23.644, de 22 de maio de 2020. Dispõe sobre o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais. Minas Gerais, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=395902>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

MINHA SAMPA. SP sem canudos, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.spsemcanudo.minhasampa.org.br/> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.

MOLINA, C. G. M. A internet e o poder da comunicação na sociedade em rede: Influências nas formas de Interação Social. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Bernardo do Campo, vol. 3, n. 3, 2013.

OLIVEIRA. O. D. A; SILVA. F. R. **O uso das redes sociais nas manifestações**. Coruja informa: O jornal informativo do grupo PET-SI, 2018. Disponível em: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=1906> . Acesso em: 24 de outubro de 2021.

REDE NOSSAS. Panela de Pressão, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: [paneladepressao.nossascidades.org](http://paneladepressao.nossascidades.org). Acesso em: 22 de agosto de 2021.

REDE NOSSAS. Rede Nossas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.nossas.org/>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

REDE NOSSAS. Rede Nossas Cidades, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: [redenossascidades.org](http://redenossascidades.org). Acesso em: 08 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Ninguém fica pra trás, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.ninguemficaprtras.org/>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

REDE NOSSAS. Renda Básica que queremos, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.rendabasica.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. 4G para estudar, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.4gparaestudar.nossas.org.br/> . Acesso em: 20 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Amazônia contra COVID-19, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-coronavirus/1742-campanha-amazonia-contra-covid-19-inicia-entrega-de-cestas-basicas-e-kits-de-higiene-no-sul-do-amazonas.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Minha Manaus, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.saidafossa.minhamanaus.org.br/> . Acesso em: 26 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Rede Nossas, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://nossas.org/about>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Programa dos Mobilizadores, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.mobilizadores.nossas.org/> . Acesso 10 de outubro de 2021.

REDE NOSSAS. B.O. online para elas, Zema!, [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <https://www.boonlineparaelas.bonde.org/> . Acesso em: 05 de outubro de 2021.

MINHA SAMPA. Violência não tem hora, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.violencianaotemhora.minhasampa.org.br/> . Acesso em: 05 de outubro de 2021.

NOSSAS CIDADES. Panela de Pressão, [s.d]. Página Secundária. Disponível em: <http://paneladepressao.nossascidades.org/>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

REDE NOSSAS. Ninguém fica pra trás, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.ninguemficaprtras.org/>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

RIBAS, T. T. F; CAREGNATTO, M. I. M; RIBEIRO, T; SILVA, M. D. **A importância das Relações Interpessoais na Administração de Conflitos.** *In: Mostra de Iniciação*

**Científica**, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, XVIII, 2018, Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei n. 540, 17 de junho de 2015. Disciplina, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro Manifestações sociais, culturais e/ou de gênero e dá providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/f8e4b47af326bb2283257e66004a627b?OpenDocument>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei 5.429 de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a apresentação de Artistas de Rua nos logradouros públicos do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2012. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/67120c4c1ae54a6603257a14006d2b1d?OpenDocument>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

RIO DE JANEIRO. Lei 7.122, de 03 de dezembro de 2015. Institui a política de uso estadual de uso de energia solar. Diário Oficial do Estado, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/b0db12f948a8ab6483257f170054227d?OpenDocument#:~:text=INSTITUI%20A%20POL%C3%8DTICA%20ESTADUAL%20DE%20INCENTIVO%20AO%20USO%20DA%20ENERGIA%20SOLAR>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei n. 272, 09 de fevereiro de 2015. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/2015-06-01-LPUOS-PL272.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.402 de 22 de março de 2016: Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 23 de março de 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei n. 099, de 03 de maio de 2018. Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial de São Paulo, 04 de maio de 2018. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0099-2018.pdf> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.



SÃO PAULO (Município). Lei n. 17.123, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial de São Paulo, 26 de junho de 2019. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20190626&Caderno=DOC&NumeroPagina=1> . Acesso em: 10 de outubro de 2021.

SMITH, G. **Democratic innovations**: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.

TÖNNIES, F. (1947) **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1887.

VELASCO, A. **O que é Software Livre**. Canal Tech, [s.d]. Disponível em: <https://canaltech.com.br/software/o-que-e-software-livre-25494/>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

VENTURA, T. Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, vol.14, n. 3, 2015.

## ANEXO

### Questionário aplicado junto a equipe da Rede Nossas

**1. Quais são as principais tecnologias usadas nos projetos da rede? Por tecnologias, entenda ferramentas utilizadas para organizar os sites, disparar emails, enviar mensagens automáticas, gerir campanhas, fazer financiamentos coletivos e criar redes de solidariedade.**

Hoje o BONDE é a principal ferramenta usada pelo NOSSAS. O BONDE é resultado de 10 anos de aprendizados e estratégias da organização e está em constante desenvolvimentovisando atender as necessidades internas e do campo.

No início do NOSSAS, quando ainda éramos apenas Meu Rio, percebemos a necessidade de ferramentas específicas para o ativismo que o mercado não tinha, então decidimos fazer nós mesmos. Dentro do BONDE, existe um fluxo de desenvolvimento de novas funcionalidades; primeiro, na *experimentação* entendemos a necessidade do projeto ou campanha e pensamos em soluções tecnológicas, a *inovação* onde usamos a nova funcionalidade dentro de um dos nossos projetos ou campanhas e entendemos quais os ajustes necessários e, por fim, o *desenvolvimento* para adequar e compartilhar a nova funcionalidade com todos os usuários da plataforma. Além disso, temos a premissa de desenvolver ferramentas que não existem e integrar ao BONDE plataformas que entregam funcionalidades específicas como o MailChimp, Google Analytics, SendGrid e Twilio.

**2. Como você classificaria a taxa de adesão ao Bonde?**

Dentro do NOSSAS, o BONDE é essencial, pois é a ferramenta desenvolvida a partir das nossas estratégias e modo de trabalho. Sendo assim, 100% das campanhas e projetos utilizam o BONDE de alguma forma.

No compartilhamento colateral que fazemos com outras organizações, percebemos que, apesar de termos ferramentas únicas, a utilização do BONDE depende muito mais das estratégias traçadas pelas organizações e campanhas.

### **3. Quantos projetos ao todo foram/são operacionalizados pelo Bonde?**

Começamos a compartilhar o BONDE de forma colateral desde meados de 2018 e, desde então, mais de 80 organizações usaram a plataforma como pagantes ou como “passe-livre” (grant disponibilizado para organizações que não podem pagar pela tecnologia).

### **4. Quais os nomes dos projetos que foram/são operacionalizados pelo Bonde?**

Em nosso site, estão algumas organizações que autorizaram a divulgação, como All Out, WWF Brasil, TETO Brasil, Instituto Sou da Paz, entre outras. listamos, abaixo, alguns projetos do NOSSAS ou que foram incubados por nós: Meu Rio; Minha Sampa; Minha Jampa; Minha Campinas; Meu Recife; RNC Programa de Fundadores; DefeZap; Mapa do Acolhimento; Beta; Ninguém Fica pra Trás; Somos Cria; Programa de Mobilizadores; COVID19 nas Favelas; 4G pra Estudar; Amazônia contra Covid-19; Sem Aula Sem ENEM; Periferia que Faz; Acolhe LGBT+; MUVUCA; Entre outros.

### **5. Cite, como exemplo, a forma como a ferramenta o Bonde atuou em um desses projetos mencionados acima.**

O Mapa do Acolhimento é um projeto do NOSSAS que trouxe diversas necessidades de operação que são constantemente desenvolvidas no BONDE. O Redes, ferramenta de solidariedade, foi desenvolvido pensando na operação do Mapa e funciona da seguinte forma: são conectados dois formulários, um para cadastrar quem precisa de ajuda e outro para cadastrar quem pode ajudar. O Redes permite que seja feita a gestão desses formulários e a conexão dessas pessoas. Hoje, em fase de inovação dentro do Mapa do Acolhimento, temos o Match Automatizado que usa a geolocalização para conectar mulheres em situação de violência com uma psicóloga ou advogada voluntária mais próxima. Essa funcionalidade permite que o projeto receba e encaminhe mais de 20 pedidos por dia a qualquer hora.

### **6. A ferramenta Panela de pressão ainda está ativa?**

A Panela de Pressão foi a ferramenta precursora do BONDE e hoje está incorporada na plataforma com algumas atualizações, assim como as ferramentas de Doação e Formulário.

**7. Quantos projetos ao todo foram/são operacionalizados pela Panela de Pressão?**

O Panela de Pressão era exclusivo para realização de campanhas de mobilização, então ele não operacionalizava projetos.

**8. Quais os nomes dos projetos que foram/são operacionalizados pela Panela de Pressão?**

O Panela de Pressão era exclusivo para realização de campanhas de mobilização, então ele não operacionalizava projetos.

**9. Cite, como exemplo, a forma como a ferramenta Panela de Pressão atuou em um desses projetos mencionados acima**

O Panela de Pressão era exclusivo para realização de campanhas de mobilização, então ele não operacionalizava projetos.

**10. Qual forma de divulgação das campanhas gera mais resultados de mobilização para a Rede? Quais são as outras?**

Boa parte do nosso trabalho reside em identificar potenciais e oportunidades. Estamos atentos a tudo que ocorre a nível federal e nas cidades que temos projetos incubados (Manaus, Rio e São Paulo), checando pautas de votações e decisões publicadas nos diários oficiais. É a partir desta leitura que identificamos oportunidades de incidência política, analisamos, fazemos testes de narrativa e criamos uma campanha de mobilização. Mas para uma campanha viralizar e ganhar adesão precisamos de uma série de fatores externos como, timing, ponto de decisão, apelo na opinião pública e rede de parceiros somando forças e divulgando a campanha.

Essa é a receita do sucesso de uma mobilização e funciona muito bem em campanhas reativas, quando uma decisão que gere impacto negativo para a sociedade foi tomada (ou está prestes a ser tomada). No entanto, quando trabalhamos com uma campanha propositiva, isto é que propõe criar algo que não havia antes, nosso esforço é ainda maior pois precisamos: sensibilizar as pessoas com um tema que não estava dado, plantar uma pauta em redes sociais e jornais para que entre no ciclo de notícias e criar uma urgência temporal. Campanhas assim, naturalmente, tendem a demorar

mais, mas “cada pauta é uma pauta”, o tema pode sofrer uma reviravolta e aquilo antes era distante, pode simplesmente viralizar e comover pessoas.

**11. Na sua opinião, como vocês estão incentivando o ciberativismo e a democracia?**

Sonhamos (e trabalhamos muito) para tornar o país e as cidades mais democráticas, participativas e ambientalmente sustentáveis. Acreditamos que isso é possível através de um ativismo solidário, que tem como objetivo a construção de um sentimento de pertença do cidadão para com a sua cidade. Fazemos isso (1) aproximando cidadãos e cidadãs historicamente marginalizados, dos processos de tomadas de decisão e dos próprios tomadores de decisão, (2) oferecendo oportunidades de agir para aqueles e aquelas que querem se envolver com política, mas não sabem por onde começar e (3) treinando e compartilhando metodologias e ferramentas tecnológicas para mobilizações com pessoas e grupos de todas as idades, para que eles mesmos construam suas próprias campanhas. Queremos mostrar que a sociedade civil também pode dar as cartas ou mover peças no tabuleiro do jogo político.

**12. Como a metodologia de ativismo aplicada por vocês poderia ser descrita?**

De maneira sucinta, focamos na criação de campanhas de resposta rápida e alto impacto positivo para a Sociedade, usando narrativas simples e com linguagem acessível, utilizando ferramentas tecnológicas e táticas de pressão inovadoras.

**13. O que vocês fazem para garantir o engajamento dos entusiastas/ativistas nas causas levantadas pela Rede?**

Utilizamos algumas táticas para aumentar o engajamento, como, por exemplo, manter sempre um vocabulário acessível, mesmo falando de assuntos complexos; solicitar uma ação de cada vez, tanto nas comunicações como na página; ter o menor número de cliques possível para realizar a ação solicitada à base; segmentar a base de ativistas por interesse para facilitar o reengajamento em campanhas futuras.

**14. Como vocês organizam as ações das Redes? Costumam dividir por equipes? Se sim, de quantas pessoas costumam ser cada equipe?**

Sim, a equipe do NOSSAS conta com 40 profissionais, divididos em unidades de trabalho interdisciplinas. As unidades são internas e externas, como por exemplo a unidade de Campanhas, a unidade de Treinamentos, a unidade do Bonde, a unidade de Comunicação e outras.

**15. O que acontece quando a pessoa se cadastra no site da Rede demonstrando interesse em defender causas junto com vocês? Como vocês direcionam elas dentro da Rede?**

A partir do cadastro no site, a pessoa entra na base de ativistas do NOSSAS e é acionada por e-mail com oportunidades de mobilização, como campanhas e treinamentos em ativismo.

**16. O número atual de financiadores/assinantes da Rede é o suficiente para garantir a sustentabilidade da mesma? A rede está conseguindo se manter bem?**

A nossa operação e atividades são sustentadas por três fontes de arrecadação: macro financiamento, por meio de fundações filantrópicas, e micro financiamento a partir do compartilhamento colateral do BONDE, que financia parte dos custos com tecnologia, e por meio da doação mensal de centenas de pessoas que acreditam no nosso trabalho.

**17. De onde vem os financiadores mais assíduos? Entusiastas da internet? Empresas? Rede de amigos?**

O perfil dos doadores é bastante diverso, em geral, são pessoas que acreditam no nosso trabalho e querem contribuir e fazer parte de alguma forma. Em relação ao macro-financiamento, temos fundações que acreditam em nosso trabalho, todas elas estão disponíveis ao final desta página: <https://nossas.org/about>.

**18. Atualmente vocês contam com quantos colaboradores? Eles são voluntários?**

Atualmente contamos com um quadro de 40 colaboradores remunerados. Além disso, temos uma rede de voluntárias do Mapa do Acolhimento com mais de 6 mil voluntárias.

**19. Quem são os líderes das redes das cidades? São muitos?**

Hoje, dentro da estrutura do NOSSAS no eixo de cidades, estão apenas os projetos do Meu Rio, Minha Sampa e Minha Manaus. Temos mobilizadores naturais dessas cidades dentro da equipe de campanha e a gestão é feita dentro da equipe de forma geral. Fora da estrutura do NOSSAS, como organizações autônomas, vivem a Minha Campinas, Minha Jampa, Meu Recife e Minha Porto Alegre.



